



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO

CNPJ: 06.553.606/0001-30

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

Processo Administrativo nº 001.0000244/2017 - Pregão Presencial SRP N° 054/2017

RECIBO DE ENTREGA DE EDITAL E SEUS ANEXOS

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL PARA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP N° 0054/2017

EMPRESA: _____

ENDEREÇO: _____

CIDADE: _____ UF: _____

CNPJ DA EMPRESA: _____

TELEFONES: _____

FAX: _____

E-MAIL: _____

RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO DO EDITAL

NOME: _____

ENDEREÇO: _____

CIDADE: _____ UF: _____

RG: _____ CPF: _____

TELEFONES: _____

Declaro que recebi cópia do Edital e seus anexos relativos ao **Pregão Presencial – SRP N° 0054/2017**, cujos envelopes de Proposta e Habilitação serão recebidos pela Pregoeira às **12h30min**, do dia **16/06/2017**, na sala da Comissão Permanente de Licitação situada na Prefeitura Municipal de União-PI, localizado na Praça Barão Gurgueia, nº 443 – Centro – União-PI.

União (PI), _____ de _____ de _____

Assinatura

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE

Os licitantes que retirarem o Edital no Sítio do Tribunal de Contas do Estado – TCE-PI, solicitamos a V.S.^a preencher o recibo de entrega de edital acima e enviar para o E-mail: uniaocpl2017@gmail.com.

A não remessa de recibo exime a Pregoeira da comunicação pessoal de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como, de quaisquer informações adicionais.



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO

CNPJ: 06.553.606/0001-30

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

Processo Administrativo nº 001.0000244/2017 - Pregão Presencial SRP Nº 054/2017

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL PARA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP Nº 0054/2017

Menor Preço Por Item

**Processo Administrativo
Nº 001.0000244/2017**

OBJETO:

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA E SOB DEMANDA DOS SERVIÇOS DE REPARAÇÃO, A NUNTENÇÃO E CONserto DE BOMBAS E MOTORES DOS SISTEMAS SIMPLIFICADOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE UNIÃO – PI.

DATA/HORA DA SESSÃO:

16 de junho de 2017 – 12:30h.

www.uniao.pi.gov.br



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO

CNPJ: 06.553.606/0001-30

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

Processo Administrativo nº 001.0000244/2017 - Pregão Presencial SRP Nº 054/2017

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 0054/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001.0000244/2017

O **MUNICÍPIO DE UNIÃO, ESTADO DO PIAUÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Barão de Gurgueia, nº 443, Centro, União - PI, CNPJ nº 06.553.606/0001-30, através da **Secretaria Municipal de Administração e Planejamento**, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará procedimento licitatório, na modalidade **PREGÃO**, na forma **PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, com preços a serem registrados em **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, a ser realizado em sessão pública e conduzido por servidora municipal, denominada Pregoeira, nomeada pela portaria nº 0217/2017, de 20 de fevereiro de 2017, cujo procedimento será regido pela Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002; Decreto Federal nº 3.555, de 08 de agosto de 2000; Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar 147, de 07 de agosto de 2014 e subsidiariamente pela Lei 8.666, de 21 de junho de 1993; Decreto Municipal nº 178/08, de 15 de dezembro de 2008, Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e suas alterações e ainda pelas disposições estabelecidas nesse Edital e seus anexos e demais cominações legais:

DATA DA SESSÃO: 16 de junho de 2017.

HORÁRIO: 12:00h

LOCAL: Sala da CPL – Comissão Permanente de Licitação, localizada na Prefeitura Municipal de União-PI, a Praça Barão de Gurgueia, nº 443, Centro, União-PI.

Informações: E-mail: uniaocpl2017@gmail.com ou pelo telefone (86) 3265-2403 – (86) 99407-2482

CAPÍTULO I – DO OBJETO

1. REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA E SOB DEMANDA DOS SERVIÇOS DE REPARAÇÃO, A NUNTENÇÃO E CONSERTO DE BOMBAS E MOTORES DOS SISTEMAS SIMPLIFICADOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE UNIÃO – PI.

CAPÍTULO II – DA PARTICIPAÇÃO:

1. Poderão participar do certame todos os interessados, pessoa jurídica que desenvolva atividade econômica compatível com o objeto da contratação, observadas em todos os casos as disposições fixadas no Edital e seus anexos.

2. As microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar nº 127 de agosto de 2007 e Lei Complementar nº. 128 de dezembro de 2008.

3. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do procedimento, interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

3.1. Os empresários e as empresas que se encontrarem sob falência ou em processo de recuperação judicial ou extrajudicial ou, ainda, em fase de dissolução ou liquidação, conforme Lei nº 11.101/2005;

3.2 Empresas e empresários apenados com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com Administração, inclusive verificado junto ao



CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas) – www.portaltransparencia.gov.br, conforme Decreto Estadual nº 14.580, de 12 de setembro de 2011;

3.3 Empresas declaradas inidôneas de acordo com o previsto no inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 por órgão ou entidades da administração direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou Distrito Federal, e que não tenha sua idoneidade restabelecida.

3.4 Empresas cujos sócios, diretores, representantes legais e/ou responsáveis técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo, sejam funcionários, conselheiros, inspetores, diretores, empregados ou ocupantes de cargos comissionados na Prefeitura Municipal de União- PMU-PI.

3.5. Empresas em regime consórcio e/ou sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição.

3.6. Pessoa física, mesmo que em grupo;

4. Pela simples participação na presente licitação a Empresa estará aceitando todas as condições estabelecidas no Edital;

CAPÍTULO III – DO CREDENCIAMENTO

1. Caso seja impossibilitada a realização da sessão na data marcada para início do Pregão, esta se realizará no primeiro dia útil subsequente ou outra data a ser marcada pela Pregoeira com a devida comunicação formal aos licitantes que retiraram o Edital, documento que deverá ser juntado ao processo.

2. Para o credenciamento, as licitantes participantes, deverão apresentar:

2.1. Tratando-se de **representante legal**: o estatuto social e aditivo, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial ou, tratando-se de sociedades civis, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura; CNPJ, e cópia do documento oficial de identificação que contenha foto, acompanhado da original para conferência.

2.2. Tratando-se de **procurador**: a procuração por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados no 3.2.1.(o estatuto social), contrato social e aditivos ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial ou, tratando-se de sociedades civis, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura; CNPJ, e cópia do documento oficial de identificação que contenha foto, acompanhado da original para conferência que comprove os poderes do mandante para a outorga. A procuração deverá ter prazo máximo de até 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

2.3. Declaração de que a licitante cumpre plenamente os requisitos de habilitação, em atendimento ao disposto no artigo 4º, inciso VII da lei federal 10.520 de 17 de julho de 2002, conforme modelo no Anexo deste edital, sendo permitido ao representante legal no ato do credenciamento fazer a declaração de próprio punho.

2.4. Comprovação de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte (para as licitantes que assim se enquadrarem) que será atestado em quaisquer das formas abaixo elencadas:

2.4.1. Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede da licitante; ou,

2.4.2. Declaração em papel timbrado da empresa licitante, atestando que a mesma se enquadra nos Termos da Lei 123/06 **na condição de Micro Empresa ou de Empresa de Pequeno Porte**; ou,



2.4.3. Declaração firmada pelo técnico responsável devidamente registrado no CRC (**Conselho Regional de Contabilidade**), de que a mesma se enquadra nos Termos da Lei 123/06 na condição de Micro Empresa ou de Empresa de Pequeno Porte, com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias da abertura da licitação.

2.5. Declaração firmada pelo representante legal da empresa, **de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do Artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06**, com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias da abertura da licitação.

3. A licitante que não apresentar, no ato do credenciamento, as declarações elencadas nos item 2.4 acima, nem tampouco oferecer outros elementos capazes de demonstrar o enquadramento como ME ou EPP, decairá do direito de posteriormente se declarar Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, não podendo usufruir do tratamento diferenciado e do direito de preferência previstos na Lei Complementar 123/2006.

4. Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada, e cada representante só poderá representar uma licitante.

5. A ausência do credenciamento não impede a participação na licitação e importará apenas a não participação da licitante na fase de lances.

6. Os documentos listados para o credenciamento deverão ser apresentados fora dos envelopes.

7. Encerrado o credenciamento não serão admitidos novos participantes, momento no qual os licitantes entregarão os envelopes de propostas, contendo a indicação do objeto e dos preços oferecidos, procedendo-se à sua imediata abertura e à verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório.

8. Para os licitantes cadastrados e que não pretenderem se credenciar, a declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, bem como os documentos de habilitação e proposta, deverão ser entregues ou encaminhados ao setor responsável pela licitação em envelopes separados.

9. A ausência da Declaração descrita nos itens 2.3 e 2.4 não impedirá o Credenciamento da licitante, desde que o representante legal da mesma faça constar na Ata da sessão que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

10. Encerrado o credenciamento e abertos os envelopes de propostas, não cabe à desistência da proposta, salvo nos casos de erros na formulação das propostas que possam comprometer a correta execução do objeto.

CAPÍTULO IV - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS EXIGIDOS, DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

1. A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação de acordo com modelo estabelecido neste Edital **deverá ser apresentada fora dos Envelopes nº. 1 e 2.**

1.1 A declaração acima referida deverá ser subscrita pelo representante legal ou pelo procurador caso este tenha outorga para tal.

2. Os casos omissos serão decididos pelo Pregoeiro no momento da sessão, com registro da ocorrência em ata.

2.1 Caso o licitante credenciado não apresente a declaração acima referida, poderá firmá-la na própria sessão ou fazê-la oralmente sendo registrada em ata.

3. A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em **02 (dois) envelopes fechados e indevassáveis**, contendo em sua parte externa, além do nome e CNPJ da proponente, os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO-PI
PREGÃO PRESENCIAL Nº _____ / _____ SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº _____ /2017
(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) E CNPJ
ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO-PI
PREGÃO PRESENCIAL Nº _____ / _____ SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº _____ / _____
(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA E CNPJ DA EMPRESA) ...
ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

4. A proposta comercial deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, legalmente habilitado.

4.1. A proposta comercial deverá ser entregue em 1 (uma) via, observando as disposições fixadas no Edital e seus anexos.

5. Os documentos necessários à **habilitação** deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião de Notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio, por ele designado.

CAPÍTULO V – DO CONTEÚDO DO ENVELOPE DA PROPOSTA:

1. As propostas deverão obedecer às especificações e condições previstas neste instrumento convocatório e seus anexos, que deste fazem parte integrantes como transcritos.

2. A proposta de preços deverá conter os seguintes elementos:

I. Nome, endereço, CNPJ e inscrição estadual/municipal;

II. Número do Pregão e Processo Administrativo;

III. Descrição completa detalhada, do serviço cotado constando as especificações completa, de maneira a demonstrar que objeto cotado atende às especificações técnicas constantes do **Anexo I** deste edital.

IV. Preço unitário do item, cotando-se cada serviço discriminado no item, em moeda corrente nacional, sendo no valor total em algarismos e por extenso.

V. Declaração de que nos preços propostos estão incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto desta licitação.

VI. Prazo de validade da Proposta de preços 60 dias, assegurado o direito de revisão e atualização na forma legal.

3. As propostas deverão ser apresentadas contemplando os quantitativos fixados no Termo de Referência, conforme anexo deste edital, não sendo permitidas ofertas com quantitativo inferior.

4. A empresa vencedora que ofertar novos lances deverá apresentar no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após solicitação da pregoeira, uma nova proposta com os preços unitários e totais adequados ao valor final obtido após a fase de lances.

4.1 A não apresentação desta nova proposta no prazo indicado acima acarretará na desclassificação da mesma e conseqüentemente a convocação dos classificados na ordem subsequente.

5. Cada empresa poderá apresentar apenas uma proposta para cada ITEM, conforme disposto no Edital.

6. Prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data da realização do certame.



7. Se a proposta apresentar especificação incompleta, a proposta será rejeitada e a licitante desclassificada.

8. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta, seja em relação a prazo, especificações do serviço ofertado ou qualquer outra condição que importe em modificação dos termos da proposta original, ressalvadas as alterações destinadas a sanar evidentes erros formais, levando-se em conta o princípio da competitividade e eficiência, assim avaliadas pelo pregoeiro na sessão.

9. Prazo de validade dos preços registrados, que será de 12 (doze) meses já contabilizadas eventuais prorrogações, contados da data de publicação do Extrato Parcial que será formulado em acordo com a Ata de Registro Geral, a qual conterà força de contrato, na forma do Art. 62 da Lei nº 8.666/93, por conter as cláusulas essenciais ao contrato (art. 55 Lei 8.666/93).

10. A falta do valor por extenso não será motivo para desclassificação da proposta desde que o valor esteja explicitado de outra forma que não reste margem de dúvida para efeito de julgamento.

11. Havendo divergência entre o preço unitário e o preço por extenso, prevalecerá o preço por extenso.

12. A falta da rubrica, CNPJ e/ou endereço completo, poderá ser suprida na sessão pelo Representante Legal ou procurador, com poderes para este fim.

13. A proposta de preços deverá estar acompanhada da Declaração de que o fornecedor do objeto conhece e aceita as regras determinadas pela Administração, através deste edital.

13.1. A ausência da declaração implicará na aceitação implícita das condições estabelecidas no edital.

14. O preço registrado permanecerá fixo e irrevogável pelo período de vigência da Ata de Registro de Preço ou do contrato, exceto quando confirmado motivo justo para revisão ou atualização, desde que autorizados por lei conforme art. 65 da lei 8.666/93.

15. Juntamente com a proposta de preços o licitante deverá apresentar:

I. Declaração de que nos preços propostos estão incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto desta licitação.

II. Declaração de que tomou conhecimento e aceita as regras fixadas no Edital, em especial no que tange ao cumprimento de todos os prazos e condições para execução dos serviços, conforme estabelecidos no Edital e seus Anexos, estando ciente que os prazos e as condições a serem observadas pelo contratado são as determinadas no Edital e seus anexos.

16. As declarações exigidas no item 15 desse Edital deverão ser emitidas em papel timbrado da empresa licitante, devem ser assinadas, pelo representante legal ou pelo procurador (legalmente habilitado) e não constitui cláusula restritiva a competitividade, podendo inclusive, eventual omissão, ser suprida durante a sessão de processamento do Pregão.

17. Qualquer vício ou defeito na proposta será observado pelo pregoeiro que desclassificará a mesma, salvo em situações previstas na Lei nº. 10.520 e a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº. 8.666/93 e suas posteriores Alterações.

18. Aplica-se no que couber as disposições fixadas no Código de Defesa do Consumidor, conforme cada caso.

CAPÍTULO VI – DO CONTEÚDO DO ENVELOPE “DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO”:



1. Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados **em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio;**

2. O licitante deverá apresentar **(na ordem como segue abaixo, encadernadas e/ou grampeadas)** os seguintes Documentos de Habilitação:

I. QUANTO A HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual, acompanhado da cédula de identidade do titular;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, no caso de Sociedade Comercial e, em se tratando de Sociedade por Ações, acompanhado de documentos de eleição dos seus administradores;
- c) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- d) Inscrição do Ato Constitutivo no caso de Sociedades Civis, acompanhado de prova de Diretoria em exercício.

II. QUANTO A REGULARIDADE FISCAL:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda **(CNPJ)**;
- b) Prova de **inscrição** no cadastro de contribuintes **Estadual ou Municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional que será efetuada mediante apresentação de:
 - c1) Certidão emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – **RFB**, comprovando a regularidade da proponente para com os tributos federais;
- d) Certificado de Regularidade para com o **FGTS**, expedido pela Caixa Econômica Federal;
- e) Quanto a **Fazenda Municipal**:
 - e1) Certidão Negativa de Débitos, da Sede do Licitante, dentro do prazo de validade;
 - e2) Certidão Negativa de Dívida Ativa, da Sede do Licitante, dentro do prazo de validade;
- f) Quanto a **Fazenda Estadual**:
 - f1) Certidão Negativa de Débitos, da Sede do Licitante, dentro do prazo de validade;
 - f2) Certidão Negativa de Dívida Ativa, da Sede do Licitante, dentro do prazo de validade;
- g) **Alvará** de funcionamento emitido pelo Poder Público Municipal do licitante, dentro do prazo de validade

III. QUANTO A REGULARIDADE TRABALHISTA:

- a) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – **CNDT**, em cumprimento à **Lei 12.440/2011 e à Resolução Administrativa nº 1.470/2011**, expedido pelo portal do Tribunal Superior do Trabalho, www.tst.jus.br/certidao, atualizado o art.29, V da Lei 8.666/93.
- b) **Declaração** elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e também menor de dezesseis anos.



IV. QUANTO A SITUAÇÃO ECONÔMICA – FINANCEIRA:

- a) Certidão(ões) Negativa(s) de falência ou concordata e/ou recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, observadas as disposições da lei 11.101/05, quando a certidão não estiver com indicação de prazo de validade, nestes casos, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data da expedição da mesma.
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, devidamente chancelado pela Junta Comercial e com o selo do CRC ou a DHP e termo de abertura e encerramento do balanço e certidão de regularidade profissional do contador, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. Para empresas constituídas no mesmo exercício deveram apresentar balanço de abertura devidamente registrado na Junta Comercial do Estado e com o selo do CRC ou a DHP.

V. QUANTO A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado atestando que a licitante já executou fornecimentos similares ao objeto do certame.

VI. OUTRAS DECLARAÇÕES:

- a) **Declaração Única** elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, de cumprimento dos requisitos de habilitação, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, conforme modelo em anexo e de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e também menor de dezesseis anos, conforme modelo anexo, de acordo com o Decreto Federal 4.358 de 05 de setembro de 2002 (**ANEXO V**).

- a.1) A Declaração única deverá ser apresentada juntamente com os documentos de habilitação.

3. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da **licitante**, com número do CNPJ e, preferencialmente, com o endereço respectivo. Se a **licitante** for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; se a **licitante** for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

4. Em se tratando de **microempresas e das empresas de pequeno porte**, a comprovação de regularidade fiscal somente será exigida para efeito de assinatura do contrato. **Contudo, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.** (Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006);

5. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das empresas mencionada no item anterior, **será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Prefeitura Municipal de União-PI, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014);

6. A não regularização da documentação dentro do prazo previsto no subitem acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação..



CAPÍTULO VII – DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

I - DO PROCEDIMENTO:

1. No horário e local indicado no preâmbulo será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.
2. Caso seja impossibilitada a realização da sessão na data marcada para início do Pregão, esta se realizará no primeiro dia útil subsequente ou outra data deliberada pelo pregoeiro e equipe com a devida comunicação formal aos licitantes que retiraram o Edital.
3. Após os respectivos credenciamentos, os licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o estabelecido no Anexo IV do Edital e, **em envelopes separados**, a proposta de preços e os documentos de habilitação.
 - 3.1. Encerrado o credenciamento conseqüentemente, estará encerrada a possibilidade de admissão de novos participantes no certame, os casos omissos serão resolvidos na sessão pelo pregoeiro.
4. O julgamento dar-se-á mediante a negociação de cada lote ou item, conforme disposto no preâmbulo do Edital;
5. Fica obrigado o licitante a cotar na sua proposta os itens que deseja fornecer, a fim de poder participar. Caso seja o vencedor do lote, o preço cotado também ficará registrado para o item.
6. A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital.
 - 6.1. No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros.

II. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

1. Serão classificadas, a critério do Pregoeiro – de acordo com interesse público e a conveniência administrativa – as propostas de menor preço e as propostas em valores sucessivos e superiores até 10% à proposta de menor preço, para participarem dos lances verbais.
 - 1.1 Não havendo pelo menos 03 (três) propostas nas condições definidas no item anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas.

III – DOS LANCES VERBAIS

1. Aos licitantes classificados será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço;
2. Se duas ou mais propostas em absoluta igualdade de condições ficarem empatadas, como critério de desempate será realizado um sorteio em ato público, para definir a ordem de apresentação dos lances;
3. Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes;
4. A Pregoeira convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor;
5. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas;



6. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação;
7. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito;
8. Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias fixadas no Edital;
9. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame;
10. Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, não comparecer para assinar a ata de registro de preços ou o contrato, não cumprir com as condições de execução do objeto, a Pregoeira examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

IV. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO E DO DIREITO DE PREFERÊNCIA PARA ME OU EPP

1. Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte. (Art. 44 da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006);
2. **Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 05% (cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada;**
3. Para efeito do disposto no subitem acima (Art. 45 da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006), ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
 - I - **A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.**
 - II - **Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma acima, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do § 1.º do art. 44 da Lei Complementar n.º 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.**
 - III. **No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no § 1.º do art. 44 da Lei Complementar n.º 123/2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.**
3. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem c acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;
4. **A condição prevista nesse tópico somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.**
5. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocada pelo Pregoeiro, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas.

IV - DO JULGAMENTO:

1. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR ITEM.**
2. Casos não se realizem lance verbal será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado da contratação.



- 2.1 Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.
- 2.2 Sendo aceitável a oferta de menor preço, será verificada o atendimento das condições de habilitação do licitante que a tiver formulado.
- 2.3 Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.
- 2.4 Se a proposta não for aceitável, ou se o proponente não atender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a verificação das condições habilitatórias do proponente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto deste edital para o qual apresentou a proposta.
- 2.5 Apurada a melhor proposta que atenda ao edital, o Pregoeiro deverá negociar para que seja obtido um melhor preço.
- 2.6 Não serão aceitos lances verbais com preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero.**
- 2.7 Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.
- 2.8 Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades sanáveis nos documentos de habilitação, poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, desde que não se refiram a documentos com data posterior a abertura do certame, inclusive mediante:
- a) Substituição e apresentação de documentos, ou.
 - b) Verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações:
- 2.9 A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- 2.10 A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.
3. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste EDITAL, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.
4. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes, dessa etapa, declinarem da formulação de lances ou conforme determinar o pregoeiro no momento da sessão.
5. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, salvo no caso de erros devidamente justificados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes deste Edital e na legislação aplicável a matéria;
- 6. A Pregoeira poderá a qualquer momento solicitar as licitantes a composição de preços unitários dos serviços, bem como os demais esclarecimentos que julgar necessários, no prazo a ser por ele definido, podendo inclusive realizar diligência ou procedimentos de investigação a fim de conferir dados e informações apresentadas pelos licitantes a fim de conferir a autenticidade da fonte em garantia do objeto,** consoante disposto na Lei nº 8.666/93.
7. Considerada aceitável a oferta de menor preço para qualquer dos lotes/itens, somente será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação quando concluído o julgamento de todos os demais itens/lotos.
8. Eventuais falhas ou omissões nos documentos de habilitação poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante a complementação de informações inseridas em documentos mediante a verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações ou apresentação de documentos, quando por indisponibilidade dos meios eletrônicos, não for possível a verificação, sendo que, neste



caso o Pregoeiro decidirá sobre o prazo a ser concedido à licitante para a comprovação de habilitação.

9. A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, exceto por impossibilidade devidamente justificada, não sendo possível a inserção de documentos que, por disposição editalícias, deveriam constar, obrigatoriamente, nos envelopes da licitante.

10. Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta, ou mais, aceitável cujo autor(es) atenda(m) os requisitos de habilitação, caso em que será(ão) declarado(s) vencedor(es).

11. A Pregoeira poderá, se necessário, suspender a sessão para analisar as propostas ou documentos, bem como para recorrer a setores técnicos internos e externos, bem como ao setor requisitante da compra do material/serviço objeto deste Pregão, a fim de obter parecer ou informação que possibilite melhor julgamento das especificações dos serviços cotados, definindo nova data para continuidade da sessão licitatória;

12. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, em que serão registradas as ocorrências relevantes que, ao final, será assinada pela Pregoeira, pela Equipe de Apoio e pelos representantes presentes.

13. Verificando-se no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital e seus anexos, a proposta será desclassificada e rescindida a contratação conforme o caso;

14. Depois de concluída a sessão, em especial a rodadas de lances, depois de habilitada e adjudicada, os licitantes deverão apresentar as propostas devidamente corrigidas considerando os valores negociados em sessão, os quais deverão ser levados em consideração para efeito de posterior chamamento.

15. Após o encerramento da negociação ou rodada de lances, a Pregoeira perguntará aos licitantes, obedecida as ordem de classificação, qual dos licitantes presentes aceitam cotar os bens objeto desta licitação com preços iguais ao do licitante vencedor, momento no qual será encerrada a classificação final do certame.

CAPÍTULO VIII – DA IMPUGNAÇÃO

1. Até **05 (cinco) dias úteis anteriores** a data fixada para recebimento das propostas, qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão, na forma da Lei 8.666/93. O licitante terá a mesma prerrogativa até o **2º (segundo) dia útil que anteceder a abertura das propostas**, sendo neste caso o prazo decadencial.

1.1. A petição será dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, conforme prevê a legislação.

1.2. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, desde que a impugnação possa alterar a formulação das propostas.

2. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital aquele que, tendo-o aceito sem objeção venha a apontar, na data da abertura da sessão ou depois da abertura dos envelopes de propostas, falhas ou irregularidades, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

CAPÍTULO IX – DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DO ATO DE CONTROLE FINAL.

1. No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar



contrarrrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

2. A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para realização do ato de controle final.

3. Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

4. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

5. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório a(s) licitante(s) vencedora(s), observando os preços ofertados por item, considerando-se a totalidade e necessidade do objeto, sempre tendo em vista a necessidade da Administração contratante.

6. No caso do fornecedor primeiro classificado, depois de convocado, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das sanções a ele previstas neste Edital, a PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO, convocará os demais licitantes, obedecendo a ordem de classificação.

7. Colhidas as assinaturas, a Pregoeira providenciará a imediata publicação do extrato Parcial da Ata de Registro de Preços e do contrato e, se for o caso, do ato que promover a exclusão de que trata o item anterior.

CAPÍTULO X – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E DO CONTRATO

1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 meses, a partir de sua assinatura e plena eficácia a partir da publicação de seu extrato no Diário Oficial dos Municípios.

1.1 A critério da Municipalidade, após a assinatura da ARP poderá ser firmado contrato entre o município de União-PI, e a empresa vencedora, conforme minuta anexa a este Edital (Anexo II), bem como a sua substituição por instrumento similar na forma prevista no Art. 62 da Lei nº 8.666/93.

2. O representante legal da proposta vencedora, depois de convocado deverá assinar a Ata de Registro de Preços ou o contrato, dentro do prazo máximo de 02 (dois) dias, a contar do recebimento da comunicação para tal, através de publicação na imprensa oficial ou correio eletrônico informado no momento do credenciamento.

3. Independente de transcrição, farão parte integrante da ARP, do contrato ou do instrumento similar que o substituir, as condições e requisitos exigidos no Edital e seus anexos, bem como todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base para o julgamento da licitação.

4. A publicação resumida da ARP ou do instrumento de contrato e de seus eventuais aditamentos na imprensa oficial, será providenciada pela Administração até o 5º dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, às expensas do CONTRATANTE, nos termos do parágrafo único do artigo 61, da Lei n.º 8.666/93.

5. O contratado fica obrigado a aceitar os acréscimos e supressões do objeto do presente Pregão até 25% (Vinte e Cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme preceitua o § 1º Art. 65 da Lei 8.666/93.

6. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada e o contrato poderá ser rescindido pela autoridade competente pelos motivos previstos nos artigos 77 e 78 da Lei n.º 8.666/93 e observado o artigo 79 da referida Lei.

7. O cancelamento da ARP e a rescisão do contrato poderá ser efetuada, conforme determina o artigo 79 e acarretar as consequências previstas no artigo 80, ambos da Lei n.º 8.666/93.

8. A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada pelo município de União-PI, através do fiscal de contrato designado pelo ordenador de despesa, procedendo ao registro das ocorrências adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento.



8.1 A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui e nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

9. Quaisquer exigências da Fiscalização inerentes ao objeto deste Edital deverão ser prontamente atendidas pela Contratada, sem qualquer ônus para a Administração.

CAPÍTULO XI – DOS PRAZOS, DO LOCAL DE ENTREGA E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO.

1. A execução dos serviços será contada da data da emissão de autorização, cabendo ao licitante observar, além das condições e requisitos previstos no Edital, todas as prescrições estabelecidas no Termo de Referência.

2. A autorização de fornecimento será de inteira responsabilidade e iniciativa da Prefeitura Municipal de União - PMU-PI, **através da secretaria requisitante**, cabendo à mesma todos os atos burocráticos indispensáveis a contratação, observando a classificação e preços do licitante vencedor deste certame, formalizando por intermédio de Nota de Empenho e simples Ordem de Fornecimento ou ainda por Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento e Contrato.

3. A contratada ficará obrigada a cumprir os prazos e condições para o fornecimento do objeto, atendendo as solicitações da contratante quando requisitado, no prazo previsto no Termo de Referência do Edital, a partir da retirada/recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento.

4. Após a formalização do contrato eventuais vistorias e visitas técnicas será feita nos locais e horários indicados pela secretaria requisitante, correndo por conta da Contratada as despesas com o fornecimento do objeto, contratação de pessoal, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento e/ou substituições indicadas pela equipe ou pessoa designada para recebimento.

5. O objeto desta licitação será recebido provisoriamente, para verificação da conformidade do objeto com as condições, especificações e exigências do edital e as condições, cabendo a contratada descrever no comprovante respectivo, a data, o nome, a assinatura de identificação do servidor do Contratante responsável pelo recebimento do objeto.

6. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

6.1. Se disser respeito à especificação ou condições de consumo, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

6.1.1. Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) hora, contado da notificação, mantido o preço inicialmente contratado, sem nenhum custo adicional a contratante;

6.2. Se disser respeito à diferença de quantidade, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

6.2.1. Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contado da notificação, mantido os preços inicialmente contratados.

6.3. Outro prazo poderá ser acordado, desde que não acarrete prejuízos para a Administração.

7. O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas.

8. A quantidade do objeto licitado é uma estimativa realizada pela municipalidade, de modo que a existência de preços registrados não obriga a Administração a adquirir o objeto licitado, não existindo direito adquirido do fornecedor quanto ao fornecimento do objeto da licitação.

CAPÍTULO XII – DOS PAGAMENTOS, DO REAJUSTE DE PREÇOS E DA REVISÃO.



1. Para efeito de pagamento, a contratada encaminhará à Prefeitura União - PMU-PI, após o atendimento de cada pedido, requerimento solicitando o pagamento devidamente acompanhado da fatura/nota fiscal devidamente atestada pelo setor requisitante e cópia da Nota de Empenho.
2. Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da data de entrada do requerimento e fatura-recibo no protocolo do órgão/ente contratante, ou em outro prazo que poderá ficar ajustado com o contratante, inclusive quanto aos parcelamentos.
3. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada para as devidas correções.
4. Os pagamentos serão feitos através transferência bancária na conta corrente da contratada, que deverá indicar a instituição bancária, agência, localidade, conta corrente, para que seja feito o critério correspondente. Estas informações devem constar da nota fiscal ou nota fiscal/fatura.
5. A contratada não receberá pagamento enquanto houver pendências de obrigações que tenham sido impostas em virtude de penalidades ou inadimplemento. Cessadas estas causas, os pagamentos serão retomados sem que haja qualquer direito a atualização monetária.
6. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:
 - a) Certidão Negativa de Débitos CNDT;
 - b) Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
 - c) Certidão de Regularidade Fiscal com as Fazendas: Federal, Municipal e Estadual.
7. Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, consoante disposto no art. 7º § 2º do Decreto Federal nº 7.892/13.
8. A Secretaria Municipal de Administração e Planejamento é o órgão gerenciador do sistema de Registro de Preços e será auxiliada pela Comissão Permanente de Licitação.

CAPÍTULO XIII – DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

1. A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar a ARP, o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a ao cancelamento dos preços registrados, rescisão da contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais estabelecidas no Edital e na legislação aplicável a matéria.
2. No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, a contratante poderá realizar o cancelamento dos preços registrados ou a rescisão do contrato, sem prejuízo de, após garantida a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:
 - I. Advertência.
 - II. Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso e por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e o estabelecido neste Edital, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente.
 - III. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial.
 - IV. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de até 02 (dois) anos.
 - V. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante ressarcir a Prefeitura Municipal de União - PMU-PI pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.



3. As multas a que se referem os subitens anteriores serão descontadas dos pagamentos devidos pela Prefeitura Municipal de União - PMU-PI ou cobradas diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas neste tópico.
4. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicatário, na forma da Lei.

CAPÍTULO XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Todos e quaisquer pedidos de alteração da Ata de Registro de Preço, do Contrato, nota de Empenho oriundo deste Edital será dirigido à autoridade responsável pela emissão do mesmo, a quem caberá o deferimento ou não do pedido.
2. Considerando o uso do Sistema de Registro de Preços e a previsão de entregas parceladas, a Nota de Empenho terá força de contrato, conforme prevê o art. 62, da Lei nº 8.666/93.
3. A autoridade competente poderá, em qualquer fase do processo licitatório desclassificar a proposta da licitante que for declarada inidônea na área da Administração pública.
4. A Prefeitura Municipal de União - PMU-PI fica reservado o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação, de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
5. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade, a celeridade do procedimento e a segurança da contratação.
6. Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas a serem assinadas pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes, tantas quantas necessárias para consecução do fim desta licitação, sem prejuízo da Ata final.
 - 6.1. As recusas ou as impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata.
 - 6.2. Se não houver tempo suficiente para a finalização da etapa competitiva ou para abertura dos envelopes “Documentação” na mesma sessão; em face do exame das propostas com as exigências do Edital, ou, ainda, se os trabalhos não puderem ser concluídos e/ou surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato, os motivos serão consignados em atas e a continuação dar-se-á em sessão a ser convocada pela Pregoeira.
7. Todos os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão e as propostas serão rubricadas pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes.
8. O Ata de Registro de Preço oriunda desta licitação será divulgada no Diário Oficial do Município.
9. Os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados no DOM, na forma legal.
10. Os envelopes contendo os documentos de habilitação, não abertos, ficarão à disposição para retirada no endereço do rodapé, até 30 (trinta) dias após a publicação da Ata de Registro de Preços, sendo posteriormente enviados para reciclagem ou destruídos.
11. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta comprovada repercussão nos preços tratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos.
12. Os casos omissos desta licitação para efeito de posterior contratação serão solucionados pelo Pregoeiro e equipe de apoio, sendo objeto de comunicação aos representantes das empresas envolvidas.



- 12.1 Omissões, equívocos meramente formais, erros de digitação, fatos supervenientes, conflitos ou outras situações porventura vivenciadas, serão decididos pelo Pregoeiro na sessão, com vista conferir agilidade ao feito.
13. Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas no julgamento, consoante disposto no §3º do Art. 48 da Lei nº 8.666/93.
14. A autoridade competente para a aprovação do procedimento poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 14.1 A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei nº 8.666/93.
15. A Prefeitura Municipal de União - PMU-PI, através do órgão responsável monitorará os preços registrados e caso seja constatado inconformidade com os preços de mercado deverá proceder a renegociação dos preços registrados.
- 15.1 Cabe também ao Município avaliar o mercado constantemente e podendo rever os preços registrados a qualquer tempo, convocando os fornecedores para negociar novos valores.
- 15.2. Caso seja constatado que o preço registrado na proposta seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura Municipal de União - PMU-PI solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos no item anterior.
- 15.3. Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido e a Administração Pública deverá convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociações.
- 15.4. Na hipótese de não haver êxito nas negociações de que trata os itens anteriores, a Administração poderá proceder a revogação, conforme o caso, total ou parcial da licitação, promovendo a compra por meios licitatórios.
16. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o Foro da Comarca de UNIÃO - Piauí, excluído que fica quaisquer outros por mais privilegiado que seja.
17. Integram este Edital:
- Anexo I – Termo de Referência;
 - Anexo II – Minuta de Contrato;
 - Anexo III – Modelo de Credenciamento;
 - Anexo IV – Modelo de Declaração Cumprimento aos requisitos de habilitação;
 - Anexo V – Modelo de Declaração Única (Esta deve ser entregue no Envelope nº 2)
 - Anexo VII – Minuta da ATA DE REGISTRO DE PREÇO.

União-PI, 31 de maio de 2017.

Rosineide C. Gomes
Pregoeira CPL/PMU-PI

Visto:

Marcílio Evelin de Carvalho
Sec. de Administração de União-PI



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto determinar especificações básicas com vistas à contratação de pessoa jurídica para a execução dos serviços de manutenção de bombas centrífugas, motores submersos, quadros de comando, geradores e equipamentos afins.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 Os serviços a serem executados conforme especificado no **ANEXO I** deste Termo de Referência, se fazem necessário para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento durante o ano de 2017, visando manter em bom funcionamento os equipamentos instalados nos chafarizes, lavanderias, mercados e matadouro público municipal, que são de extrema importância para a população das zonas rural e urbana deste município, uma vez que a manutenção dos referidos equipamentos proporcionam o perfeito funcionamento dos sistemas simplificados de abastecimento de água destinada à população assistida.

3. EXECUÇÃO DO SERVIÇO

- 3.1 Os serviços serão executados pela contratada no prazo máximo de até 3 (três) dias, contados da autorização, no local onde esteja necessitando dos mesmos, caso seja necessário a remoção do equipamento, o mesmo deverá ser transportado em veículo da CONTRATADA, sendo acompanhado pela equipe técnica da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Abastecimento;
- 3.2 Os serviços serão executados pela contratada, sempre de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento;
- 3.3 Os serviços deverão ser executados até 03 (três) dias, contados do momento da apresentação da Ordem de Serviço e respectiva Nota de Empenho, emitido pelo setor responsável, nos termos da Lei;
- 3.4 Consideram-se aceitos e aprovados os serviços que, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da execução dos mesmos e da entrega da Fatura/Nota Fiscal, não sejam contestados pela CONTRATANTE;
- 3.5 Por ocasião da execução dos serviços, a CONTRATADA deverá colher comprovante de execução contendo a data, o nome, o cargo e a assinatura do responsável designado pela Administração na respectiva requisição de serviço;
- 3.6 A CONTRATADA comprometer-se-á a dar total garantia de no mínimo 90 (noventa) dias quanto à qualidade dos serviços executados, bem como, efetuar a correção no



prazo de 24 (vinte e quatro) horas, e totalmente às suas expensas de qualquer serviço executado comprovadamente irregular;

- 3.7 Correrão por conta da CONTRATADA todas as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da execução dos serviços, correndo a cargo da CONTRATANTE absolutamente os valores referentes à efetiva execução dos serviços ao preço cotado na proposta da CONTRATADA.

4. RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

- 4.1 O recebimento dos serviços ficará a cargo da unidade requerente, através do seu representante ou servidor por ele designado, nos termos do Artigo 67 da Lei nº. 8.666/93, cuja execução ocorrerá no local e horário designado pela unidade requerente;
- 4.2 Caso seja verificada alguma falha quanto à execução dos serviços, a CONTRATADA será notificada pelo Fiscal do contrato e terá um prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para correção dos mesmos;
- 4.3 No caso da contratada não cumprir com os prazos estipulados para execução dos serviços, sofrerá sanções previstas na Lei nº 8.666/93 e no Edital.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.1 Sem prejuízo do integral cumprimento das disposições deste procedimento licitatório bem como das obrigações decorrentes do contrato, cabe à contratada:
- Zelar pela fiel execução do ajuste contratual, utilizando-se todos os recursos materiais e humanos necessários para tanto;
 - Responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos, causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por dolo ou culposos, na execução do contrato, bem como, por qualquer que venha a ser causados por seus prepostos, em idênticas hipóteses;
 - Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução do contrato, nos termos do Art. 71 da Lei 8.666/93, com suas alterações;
 - Arcar com todas as despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução do objeto da contratação, tais como: transporte, frete, carga e descarga, etc.;
 - Manter-se durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que darão origem ao contrato;
 - A contratada se obriga a reconhecer os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no Art. 77 da Lei 8.666/93;
 - A CONTRATADA comprometer-se-á a dar total garantia quanto à qualidade dos serviços executados, bem como, efetuar a substituição, e totalmente às suas expensas de qualquer serviço executado fora das especificações constantes da proposta apresentada;
 - Correrão por conta da CONTRATADA todas as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e previdenciários,



decorrentes da entrega dos serviços/produtos, respondendo pelos mesmos nos termos do art. 71 da Lei nº. 8.666/93 com suas alterações;

- i) Garantir os preços cotados pelo período de, no mínimo, 60 (sessenta) dias;
- j) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;
- k) Assumir inteira responsabilidade pela execução do contrato e efetuar os de acordo com as especificações constantes da proposta e/ou instruções do contrato;
- l) Comunicar imediatamente, por escrito, a CONTRATANTE, através da fiscalização do contrato, qualquer anormalidade verificada;
- m) Responder civil e penalmente por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados à Administração e/ou a terceiros, por seus empregados dolosa ou culposamente;
- n) Fiscalizar o perfeito cumprimento do objeto do contrato, cabendo-lhe, integralmente o ônus decorrente, independentemente da fiscalização exercida pela CONTRATANTE;
- o) Arcar com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos, na execução do contrato;
- p) Indicar à CONTRATANTE o nome de seu preposto para manter entendimento e receber comunicações ou transmiti-las ao executor do contrato conforme estabelecido no art. 68 da Lei nº 8.666/93;
- q) Informar na proposta a qualificação do Representante autorizado a firmar o contrato, ou seja: nome completo, endereço, CPF, Carteira de Identidade, Estado Civil, Nacionalidade e Profissão, informando qual o instrumento que lhe outorga poderes para firmar o referido contrato (Contrato Social ou Procuração);
- r) Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação à cerca das atividades objeto do contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE;
- s) Assumir todas e quaisquer reclamações e arcar com os ônus decorrentes de ações judiciais, por prejuízos ávidos e originados da execução do Contrato, e que sejam ajuizados contra a CONTRATANTE por terceiros;
- t) Submeter-se a mais ampla fiscalização da CONTRATANTE, por meio de seus fiscais/gestores a qualquer época durante a vigência do Contrato, a qual poderá ser efetuada nas dependências da CONTRATADA, tudo isto visando o rigoroso cumprimento das obrigações contratuais.

6. OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

6.1 Sem prejuízo do integral cumprimento de todas as demais obrigações decorrentes do contrato cabe à contratante:

- a) Proporcionar todas as facilidades para que o prestador do serviço possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste procedimento;
- b) Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as obrigações assumidas pela contratada;
- c) Efetuar o pagamento nas condições pactuadas;
- d) Comunicar à empresa sobre possíveis irregularidades observadas nos serviços prestados, para imediata substituição;



- e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais e fiscais antes do pagamento;
- f) Caberá a contratante, no caso da contratada não cumprir com os prazos estipulados para prestação dos serviços e demais condições pactuadas no contrato, efetuar sanções previstas na Lei nº 8.666/93, na forma dos artigos 86 e 87 e no Edital.

7. DA FISCALIZAÇÃO

7.1 Conforme disposto no Art. 67 da Lei 8.666/93, será designado pela Administração o Fiscal do contrato que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da sua execução, anotando em registro próprio as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

7.2 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal do contrato deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

8. DO CONTRATO

8.1 Sem prejuízo do disposto no Capítulo III a IV da Lei 8.666/93, o contrato será formalizado e contará necessariamente, com as condições especificadas no Edital.

9. DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar, além das penalidades específicas, a sua rescisão com as consequências contratuais e legais;

9.2 Constituem motivo de rescisão, os elencados nos artigos 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, com suas atualizações;

9.3 A rescisão do contrato se dará na forma estipulada e prevista em lei (art. 79, e seguintes, da Lei 8.666/93).

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 A despesa decorrente da execução do objeto desta licitação poderá ocorrer no exercício de 2017, sendo que o programa de trabalho e o elemento de despesa específico constarão quando for formalizado o contrato ou outro instrumento hábil, art. 7º § 2 da Lei 7.892/13;

10.2 As despesas poderão ocorrer por conta de fontes oriundas conforme segue em planilha abaixo detalhada:

FONTE DE RECURSOS
000

11. DO PAGAMENTO



11.1 O pagamento será realizado na Secretaria Municipal de Finanças de União-PI, até 30 dias após a solicitação que deverá ser protocolada até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao da execução do serviço, acompanhado da nota fiscal/fatura devidamente atestada, emitida juntamente com recibo em 04 (quatro) vias de igual valor, cópia do contrato e/ou nota de empenho, cópia das certidões de regularidade junto ao INSS e FGTS, certidão conjunta negativa de dívida ativa e de débitos fiscais junto à união, certidão negativa de débitos junto à fazenda estadual, certidão negativa de débitos junto à prefeitura municipal, certidão negativa de débitos trabalhistas, ordem de serviço do objeto, firmado pela autoridade competente e em conformidade com o disposto no art. 40, inciso XIV, alínea “a” da Lei 8.666/93.

- a) A nota fiscal referida acima deve apresentar discriminadamente o serviço executado a que se referir;
- b) As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e neste caso o vencimento dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da documentação devidamente corrigida e válida, não ocorrendo neste caso, quaisquer ônus por parte da Administração;
- c) Nenhum pagamento será efetuado aos adjudicatários enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou falta de execução do serviço.

12. DA ESTIMATIVA DO PREÇO

12.1 Após a realização de pesquisa de mercado o valor total para a futura contratação dos serviços está estimado em **R\$ 229.632,50 (duzentos e vinte e nove mil, seiscentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos)**, por todo o período de vigência contratual.

União (PI), 31 de maio de 2017.

TERMO ELABORADO POR

Marcílio Evelin de Carvalho
Secretaria Municipal de Administração



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO

CNPJ: 06.553.606/0001-30

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

Processo Administrativo nº 001.0000244/2017 - Pregão Presencial SRP N° 054/2017

Considerando a necessidade da aquisição dos serviços, aliada as condições e requisitos necessários para o fornecimento do objeto, manifesto-me de acordo com o presente, pela aprovação do Termo de Referência, por conter os elementos essenciais previstos no Art. 8º do Decreto Federal nº 3.555/2000:

Marcílio Evelin de Carvalho

Secretário Municipal de Administração
Gerenciador do Sistema de S.R.P. PMU-PI



ANEXO I – A

ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS ESTIMADOS DOS
SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

Item	Cód. do Item	Descrição do Item/Serviço	Quantidade	Preço Estimado
1	1.14.01.000456	DESLOCAMENTO EM VEÍCULO PRÓPRIO (KM)	3000	
2	1.14.01.000141	DESOBSTRUÇÃO DE POÇO (ATÉ 100M)	3	
3	1.14.01.000142	EMBUCHAMENTO INFERIOR DE MOTOR SUBMERSO MONOFÁSICO DE 4 POLEGADAS 1CV	2	
4	1.14.01.000143	EMBUCHAMENTO INFERIOR DE MOTOR SUBMERSO MONOFÁSICO DE 4 POLEGADAS 2CV	8	
5	1.14.01.000144	EMBUCHAMENTO INFERIOR DE MOTOR SUBMERSO MONOFÁSICO DE 4 POLEGADAS 3CV	3	
6	1.14.01.000145	EMBUCHAMENTO INFERIOR DE MOTOR SUBMERSO MONOFÁSICO DE 4 POLEGADAS 4CV	3	
7	1.14.01.000146	EMBUCHAMENTO INFERIOR DE MOTOR SUBMERSO MONOFÁSICO DE 4 POLEGADAS 5CV	2	
8	1.14.01.000147	EMBUCHAMENTO INFERIOR DE MOTOR SUBMERSO MONOFÁSICO DE 6 POLEGADAS 1CV	3	
9	1.14.01.000148	EMBUCHAMENTO INFERIOR DE MOTOR SUBMERSO MONOFÁSICO DE 6 POLEGADAS 2CV	3	
10	1.14.01.000149	EMBUCHAMENTO INFERIOR DE MOTOR SUBMERSO MONOFÁSICO DE 6 POLEGADAS 3 CV	3	
11	1.14.01.000150	EMBUCHAMENTO INFERIOR DE MOTOR SUBMERSO MONOFÁSICO DE 6 POLEGADAS 4 CV	2	
12	1.14.01.000151	EMBUCHAMENTO INFERIOR DE MOTOR SUBMERSO MONOFÁSICO DE 6 POLEGADAS 5 CV	1	
13	1.14.01.000471	EMBUCHAMENTO INFERIOR DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO 6 POLEGADAS 7 1/2C	1	
14	1.14.01.000152	EMBUCHAMENTO INFERIOR DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 4 POLEGADAS 1CV	1	
15	1.14.01.000153	EMBUCHAMENTO INFERIOR DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 4 POLEGADAS 2CV	8	
16	1.14.01.000154	EMBUCHAMENTO INFERIOR DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 4 POLEGADAS 3CV	3	



17	1.14.01.000155	EMBUCHAMENTO INFERIOR DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 4 POLEGADAS 4CV	3	
18	1.14.01.000156	EMBUCHAMENTO INFERIOR DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 4 POLEGADAS 5CV	3	
19	1.14.01.000157	EMBUCHAMENTO INFERIOR DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 4 POLEGADAS 6CV	2	
20	1.14.01.000158	EMBUCHAMENTO INFERIOR DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 4 POLEGADAS 7 ½ CV	1	
21	1.14.01.000159	EMBUCHAMENTO INFERIOR DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 4 POLEGADAS 7CV	1	
22	1.14.01.000161	EMBUCHAMENTO INFERIOR DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 6 POLEGADAS 1CV	2	
23	1.14.01.000453	EMBUCHAMENTO INFERIOR DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 6 POLEGADAS 2 C	2	
24	1.14.01.000164	EMBUCHAMENTO INFERIOR DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 6 POLEGADAS 3CV	2	
25	1.14.01.000165	EMBUCHAMENTO INFERIOR DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 6 POLEGADAS 4CV	1	
26	1.14.01.000167	EMBUCHAMENTO INFERIOR DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 6 POLEGADAS 5CV	2	
27	1.14.01.000166	EMBUCHAMENTO INFERIOR DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 6 POLEGADAS 6CV	1	
28	1.14.01.000168	EMBUCHAMENTO INFERIOR DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 6 POLEGADAS 7CV	1	
29	1.14.01.000169	EMBUCHAMENTO SUPERIOR DE MOTOR SUBMERSO MONOFÁSICO DE 4 POLEGADAS 1CV	2	
30	1.14.01.000170	EMBUCHAMENTO SUPERIOR DE MOTOR SUBMERSO MONOFÁSICO DE 4 POLEGADAS 2CV	8	
31	1.14.01.000454	EMBUCHAMENTO SUPERIOR DE MOTOR SUBMERSO MONOFÁSICO DE 4 POLEGADAS 3C	3	
32	1.14.01.000172	EMBUCHAMENTO SUPERIOR DE MOTOR SUBMERSO MONOFÁSICO DE 4 POLEGADAS 4CV	3	
33	1.14.01.000173	EMBUCHAMENTO SUPERIOR DE MOTOR SUBMERSO MONOFÁSICO DE 4 POLEGADAS 5CV	2	
34	1.14.01.000174	EMBUCHAMENTO SUPERIOR DE MOTOR SUBMERSO MONOFÁSICO DE 6 POLEGADAS 1CV	3	
35	1.14.01.000175	EMBUCHAMENTO SUPERIOR DE MOTOR SUBMERSO MONOFÁSICO DE 6 POLEGADAS 2CV	3	
36	1.14.01.000176	EMBUCHAMENTO SUPERIOR DE MOTOR SUBMERSO MONOFÁSICO DE 6 POLEGADAS 3 CV	3	
37	1.14.01.000177	EMBUCHAMENTO SUPERIOR DE MOTOR SUBMERSO MONOFÁSICO DE 6 POLEGADAS 4 CV	2	



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO

CNPJ: 06.553.606/0001-30

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

Processo Administrativo nº 001.0000244/2017 - Pregão Presencial SRP Nº 054/2017

38	1.14.01.000178	EMBUCHAMENTO SUPERIOR DE MOTOR SUBMERSO MONOFÁSICO DE 6 POLEGADAS 5 CV	1	
39	1.14.01.000179	EMBUCHAMENTO SUPERIOR DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 4 POLEGADAS 1CV	1	
40	1.14.01.000180	EMBUCHAMENTO SUPERIOR DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 4 POLEGADAS 2CV	8	
41	1.14.01.000181	EMBUCHAMENTO SUPERIOR DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 4 POLEGADAS 3CV	3	
42	1.14.01.000182	EMBUCHAMENTO SUPERIOR DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 4 POLEGADAS 4CV	3	
43	1.14.01.000183	EMBUCHAMENTO SUPERIOR DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 4 POLEGADAS 5CV	3	
44	1.14.01.000184	EMBUCHAMENTO SUPERIOR DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 4 POLEGADAS 6CV	2	
45	1.14.01.000185	EMBUCHAMENTO SUPERIOR DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 4 POLEGADAS 7 ½ CV	1	
46	1.14.01.000186	EMBUCHAMENTO SUPERIOR DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 4 POLEGADAS 7CV	1	
47	1.14.01.000187	EMBUCHAMENTO SUPERIOR DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 6 POLEGADAS 1CV	2	
48	1.14.01.000188	EMBUCHAMENTO SUPERIOR DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 6 POLEGADAS 2CV	2	
49	1.14.01.000189	EMBUCHAMENTO SUPERIOR DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 6 POLEGADAS 3CV	2	
50	1.14.01.000190	EMBUCHAMENTO SUPERIOR DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 6 POLEGADAS 4CV	1	
51	1.14.01.000191	EMBUCHAMENTO SUPERIOR DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 6 POLEGADAS 5CV	2	
52	1.14.01.000192	EMBUCHAMENTO SUPERIOR DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 6 POLEGADAS 6CV	1	
53	1.14.01.000193	EMBUCHAMENTO SUPERIOR DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 6 POLEGADAS 7 ½ CV	1	
54	1.14.01.000194	EMBUCHAMENTO SUPERIOR DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 6 POLEGADAS 7CV	1	
55	1.14.01.000195	INSTALAÇÃO DE REDE ELÉTRICA	2500	
56	1.14.01.000457	INSTALAÇÃO DE REDE HIDRÁULICA (M)	2500	
57	1.14.01.000458	MONTAGEM DE CAIXA D'ÁGUA DE 10.000	3	
58	1.14.01.000196	MONTAGEM DE CAIXA D'ÁGUA DE 15.000LT	2	
59	1.14.01.000197	MONTAGEM DE CAIXA D'ÁGUA DE 20.000LT	2	
60	1.14.01.000198	MONTAGEM DE CAIXA D'ÁGUA DE 5.000LT	3	
61	1.14.01.000199	MONTAGEM/DESMONTAGEM DE BOMBA SUBMERSA	500	
62	1.14.01.000201	REBOBINAMENTO DE BOMBA CENTRÍFUGA MONOFÁSICA DE ½ CV	3	
63	1.14.01.000202	REBOBINAMENTO DE BOMBA CENTRÍFUGA MONOFÁSICA DE ¾ CV	3	
64	1.14.01.000203	REBOBINAMENTO DE BOMBA CENTRÍFUGA MONOFÁSICA DE 1 CV	3	



65	1.14.01.000204	REBOBINAMENTO DE BOMBA CENTRÍFUGA MONOFÁSICA DE 2 CV	3	
66	1.14.01.000205	REBOBINAMENTO DE BOMBA CENTRÍFUGA MONOFÁSICA DE 3 CV	3	
67	1.14.01.000206	REBOBINAMENTO DE BOMBA CENTRÍFUGA MONOFÁSICA DE 4 CV	3	
68	1.14.01.000207	REBOBINAMENTO DE BOMBA CENTRIFUGA MONOFÁSICA DE 5 CV	5	
69	1.14.01.000208	REBOBINAMENTO DE BOMBA CENTRÍFUGA TRIFÁSICA DE ½ CV	2	
70	1.14.01.000209	REBOBINAMENTO DE BOMBA CENTRÍFUGA TRIFÁSICA DE ¾ CV	2	
71	1.14.01.000210	REBOBINAMENTO DE BOMBA CENTRÍFUGA TRIFÁSICA DE 1 CV	2	
72	1.14.01.000211	REBOBINAMENTO DE BOMBA CENTRÍFUGA TRIFÁSICA DE 2 CV	2	
73	1.14.01.000212	REBOBINAMENTO DE BOMBA CENTRÍFUGA TRIFÁSICA DE 3 CV	2	
74	1.14.01.000213	REBOBINAMENTO DE BOMBA CENTRIFUGA TRIFÁSICA DE 5 CV	1	
75	1.14.01.000214	REBOBINAMENTO DE GERADOR DE 10 KVA	2	
76	1.14.01.000215	REBOBINAMENTO DE GERADOR DE 12 KVA	2	
77	1.14.01.000216	REBOBINAMENTO DE GERADOR DE 15 KVA	1	
78	1.14.01.000217	REBOBINAMENTO DE GERADOR DE 4 KVA	3	
79	1.14.01.000218	REBOBINAMENTO DE GERADOR DE 6 KVA	3	
80	1.14.01.000219	REBOBINAMENTO DE GERADOR DE 7,5 KVA	3	
81	1.14.01.000220	REBOBINAMENTO DE MOTOR SUBMERSO MONOFÁSICO DE 4 POLEGADAS 1CV	2	
82	1.14.01.000221	REBOBINAMENTO DE MOTOR SUBMERSO MONOFÁSICO DE 4 POLEGADAS 2CV	8	
83	1.14.01.000222	REBOBINAMENTO DE MOTOR SUBMERSO MONOFÁSICO DE 4 POLEGADAS 3CV	3	
84	1.14.01.000223	REBOBINAMENTO DE MOTOR SUBMERSO MONOFÁSICO DE 4 POLEGADAS 4CV	3	
85	1.14.01.000224	REBOBINAMENTO DE MOTOR SUBMERSO MONOFÁSICO DE 4 POLEGADAS 5CV	2	
86	1.14.01.000225	REBOBINAMENTO DE MOTOR SUBMERSO MONOFÁSICO DE 6 POLEGADAS 1CV	3	
87	1.14.01.000226	REBOBINAMENTO DE MOTOR SUBMERSO MONOFÁSICO DE 6 POLEGADAS 2CV	3	
88	1.14.01.000227	REBOBINAMENTO DE MOTOR SUBMERSO MONOFÁSICO DE 6 POLEGADAS 3 CV	3	
89	1.14.01.000228	REBOBINAMENTO DE MOTOR SUBMERSO MONOFÁSICO DE 6 POLEGADAS 4 CV	2	
90	1.14.01.000229	REBOBINAMENTO DE MOTOR SUBMERSO MONOFÁSICO DE 6 POLEGADAS 5 CV	1	
91	1.14.01.000230	REBOBINAMENTO DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO 6 POLEGADAS DE 7 ½ CV	1	
92	1.14.01.000231	REBOBINAMENTO DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 4 POLEGADAS 1CV	1	



93	1.14.01.000232	REBOBINAMENTO DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 4 POLEGADAS 2CV	8	
94	1.14.01.000233	REBOBINAMENTO DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 4 POLEGADAS 3CV	3	
95	1.14.01.000234	REBOBINAMENTO DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 4 POLEGADAS 4CV	3	
96	1.14.01.000235	REBOBINAMENTO DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 4 POLEGADAS 5CV	3	
97	1.14.01.000236	REBOBINAMENTO DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 4 POLEGADAS 6CV	2	
98	1.14.01.000238	REBOBINAMENTO DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 4 POLEGADAS 7 ½ CV	1	
99	1.14.01.000239	REBOBINAMENTO DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 4 POLEGADAS 7CV	1	
100	1.14.01.000240	REBOBINAMENTO DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 6 POLEGADAS 1CV	2	
101	1.14.01.000241	REBOBINAMENTO DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 6 POLEGADAS 3CV	2	
102	1.14.01.000242	REBOBINAMENTO DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 6 POLEGADAS 4CV	1	
103	1.14.01.000243	REBOBINAMENTO DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 6 POLEGADAS 5CV	2	
104	1.14.01.000244	REBOBINAMENTO DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 6 POLEGADAS 6CV	1	
105	1.14.01.000245	REBOBINAMENTO DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 6 POLEGADAS 7CV	1	
106	1.14.01.000472	REBOBINAMENTO DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 6 POLEGADAS DE 2C	2	
107	1.14.01.000246	RECUPERAÇÃO DE TRANSFORMADORES DE GERADOR DE 12 KVA	2	
108	1.14.01.000247	RECUPERAÇÃO DE TRANSFORMADORES(UN) DE GERADOR DE 10 KVA	2	
109	1.14.01.000248	RECUPERAÇÃO DE TRANSFORMADORES(UN) DE GERADOR DE 15 KVA	1	
110	1.14.01.000249	RECUPERAÇÃO DE TRANSFORMADORES(UN) DE GERADOR DE 4 KVA	3	
111	1.14.01.000250	RECUPERAÇÃO DE TRANSFORMADORES(UN) DE GERADOR DE 6 KVA	3	
112	1.14.01.000251	RECUPERAÇÃO DE TRANSFORMADORES(UN) DE GERADOR DE 7,5 KVA	3	
113	1.14.01.000252	TROCA DAS PASTILHA DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 6 POLEGADAS 1CV	2	
114	1.14.01.000254	TROCA DAS PASTILHAS DE GRAFITE DE MOTOR SUBMERSO MONOFÁSICO DE 6 POLEGADAS 3 CV	3	
115	1.14.01.000255	TROCA DAS PASTILHAS DE MOTOR SUBMERSO MONOFÁSICO DE 4 POLEGADAS 1CV	2	
116	1.14.01.000256	TROCA DAS PASTILHAS DE MOTOR SUBMERSO MONOFÁSICO DE 4 POLEGADAS 2CV	8	
117	1.14.01.000257	TROCA DAS PASTILHAS DE MOTOR SUBMERSO MONOFÁSICO DE 4 POLEGADAS 3CV	3	



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO

CNPJ: 06.553.606/0001-30

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

Processo Administrativo nº 001.0000244/2017 - Pregão Presencial SRP Nº 054/2017

118	1.14.01.000258	TROCA DAS PASTILHAS DE MOTOR SUBMERSO MONOFÁSICO DE 4 POLEGADAS 4CV	3	
119	1.14.01.000259	TROCA DAS PASTILHAS DE MOTOR SUBMERSO MONOFÁSICO DE 4 POLEGADAS 5CV	2	
120	1.14.01.000261	TROCA DAS PASTILHAS DE MOTOR SUBMERSO MONOFÁSICO DE 6 POLEGADAS 1CV	3	
121	1.14.01.000262	TROCA DAS PASTILHAS DE MOTOR SUBMERSO MONOFÁSICO DE 6 POLEGADAS 4 CV	2	
122	1.14.01.000263	TROCA DAS PASTILHAS DE MOTOR SUBMERSO MONOFÁSICO DE 6 POLEGADAS 5 CV	1	
123	1.14.01.000455	TROCA DAS PASTILHAS DE MOTOR SUBMERSO MONOFÁSICO DE 6 POLEGAS 2C	3	
124	1.14.01.000463	TROCA DAS PASTILHAS DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 4 POLEGADAS 1C	1	
125	1.14.01.000265	TROCA DAS PASTILHAS DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 4 POLEGADAS 2CV	8	
126	1.14.01.000266	TROCA DAS PASTILHAS DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 4 POLEGADAS 3CV	3	
127	1.14.01.000267	TROCA DAS PASTILHAS DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 4 POLEGADAS 4CV	3	
128	1.14.01.000268	TROCA DAS PASTILHAS DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 4 POLEGADAS 5CV	3	
129	1.14.01.000269	TROCA DAS PASTILHAS DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 4 POLEGADAS 6CV	2	
130	1.14.01.000271	TROCA DAS PASTILHAS DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 4 POLEGADAS 7 ½ CV	1	
131	1.14.01.000270	TROCA DAS PASTILHAS DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 4 POLEGADAS 7CV	1	
132	1.14.01.000272	TROCA DAS PASTILHAS DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 6 POLEGADAS 2CV	2	
133	1.14.01.000273	TROCA DAS PASTILHAS DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 6 POLEGADAS 3CV	2	
134	1.14.01.000274	TROCA DAS PASTILHAS DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 6 POLEGADAS 4CV	1	
135	1.14.01.000275	TROCA DAS PASTILHAS DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 6 POLEGADAS 5CV	2	
136	1.14.01.000276	TROCA DAS PASTILHAS DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 6 POLEGADAS 6CV	1	
137	1.14.01.000473	TROCA DAS PASTILHAS DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 6 POLEGADAS 7 1/2C	1	
138	1.14.01.000277	TROCA DAS PASTILHAS DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 6 POLEGADAS 7CV	1	
139	1.14.01.000278	TROCA DE AMPERIMETRO DE QUADRO DE COMANDO MONOFÁSICO	6	
140	1.14.01.000279	TROCA DE AMPERIMETRO(UN) DE QUADRO DE COMANDO TRIFÁSICO	6	
141	1.14.01.000280	TROCA DE BOBINA – 220W DE QUADRO DE COMANDO MONOFÁSICO	6	
142	1.14.01.000281	TROCA DE BOBINA – 440W DE QUADRO DE COMANDO MONOFÁSICO	6	
143	1.14.01.000282	TROCA DE BUCHA DESLIZANTE(UN) DE BOMBEADOR	5	



144	1.14.01.000283	TROCA DE BUCHA GUIA(UN) DE BOMBEADOR	5	
145	1.14.01.000284	TROCA DE CAPACITOR DE PARTIDA E DE FUNCIONAMENTO DE BOMBA CENTRÍFUGA MONOFÁSICA DE ½ CV	3	
146	1.14.01.000285	TROCA DE CAPACITOR DE PARTIDA E DE FUNCIONAMENTO DE BOMBA CENTRÍFUGA MONOFÁSICA DE ¾ CV	3	
147	1.14.01.000286	TROCA DE CAPACITOR DE PARTIDA E DE FUNCIONAMENTO DE BOMBA CENTRÍFUGA MONOFÁSICA DE 1 CV	3	
148	1.14.01.000287	TROCA DE CAPACITOR DE PARTIDA E DE FUNCIONAMENTO DE BOMBA CENTRÍFUGA MONOFÁSICA DE 2 CV	3	
149	1.14.01.000288	TROCA DE CAPACITOR DE PARTIDA E DE FUNCIONAMENTO DE BOMBA CENTRÍFUGA MONOFÁSICA DE 3 CV	3	
150	1.14.01.000289	TROCA DE CAPACITOR DE PARTIDA E DE FUNCIONAMENTO DE BOMBA CENTRÍFUGA MONOFÁSICA DE 4 CV	3	
151	1.14.01.000290	TROCA DE CAPACITOR DE PARTIDA E DE FUNCIONAMENTO DE BOMBA CENTRÍFUGA MONOFÁSICA DE 5 CV	3	
152	1.14.01.000291	TROCA DE CAPACITOR DE QUADRO DE COMANDO MONOFÁSICO	6	
153	1.14.01.000292	TROCA DE COLETOR DE GERADOR DE 12 KVA	2	
154	1.14.01.000293	TROCA DE COLETOR(UN) DE GERADOR DE 10 KVA	2	
155	1.14.01.000294	TROCA DE COLETOR(UN) DE GERADOR DE 15 KVA	1	
156	1.14.01.000295	TROCA DE COLETOR(UN) DE GERADOR DE 4 KVA	3	
157	1.14.01.000296	TROCA DE COLETOR(UN) DE GERADOR DE 6 KVA	3	
158	1.14.01.000297	TROCA DE COLETOR(UN) DE GERADOR DE 7,5 KVA	3	
159	1.14.01.000298	TROCA DE CONTACTOR AUXILIAR DE QUADRO DE COMANDO MONOFÁSICO	6	
160	1.14.01.000299	TROCA DE CONTACTOR AUXILIAR(UN) DE QUADRO DE COMANDO TRIFÁSICO	6	
161	1.14.01.000300	TROCA DE CONTACTOR PRINCIPAL DE QUADRO DE COMANDO MONOFÁSICO	6	
162	1.14.01.000301	TROCA DE CONTACTOR PRINCIPAL(UN) DE QUADRO DE COMANDO TRIFÁSICO	6	
163	1.14.01.000302	TROCA DE DIODO DE GERADOR DE 12 KVA	2	
164	1.14.01.000303	TROCA DE DIODO(UN) DE GERADOR DE 10 KVA	2	
165	1.14.01.000304	TROCA DE DIODO(UN) DE GERADOR DE 15 KVA	1	
166	1.14.01.000305	TROCA DE DIODO(UN) DE GERADOR DE 4 KVA	3	
167	1.14.01.000306	TROCA DE DIODO(UN) DE GERADOR DE 6 KVA	3	
168	1.14.01.000307	TROCA DE DIODO(UN) DE GERADOR DE 7,5 KVA	3	
169	1.14.01.000308	TROCA DE ESCOVAS DE GERADOR DE 12 KVA	2	



170	1.14.01.000309	TROCA DE ESCOVAS(UN) DE GERADOR DE 10 KVA	2	
171	1.14.01.000310	TROCA DE ESCOVAS(UN) DE GERADOR DE 15 KVA	1	
172	1.14.01.000311	TROCA DE ESCOVAS(UN) DE GERADOR DE 4 KVA	3	
173	1.14.01.000312	TROCA DE ESCOVAS(UN) DE GERADOR DE 6 KVA	3	
174	1.14.01.000313	TROCA DE ESCOVAS(UN) DE GERADOR DE 7,5 KVA	3	
175	1.14.01.000314	TROCA DE FREQUENCIMETRO DE QUADRO DE COMANDO MONOFÁSICO	6	
176	1.14.01.000315	TROCA DE FREQUENCIMETRO(UN) DE QUADRO DE COMANDO TRIFÁSICO	6	
177	1.14.01.000316	TROCA DE FUSÍVEL DE QUADRO DE COMANDO MONOFÁSICO	6	
178	1.14.01.000317	TROCA DE FUSÍVEL(UN) DE QUADRO DE COMANDO TRIFÁSICO	6	
179	1.14.01.000318	TROCA DE PLATINADO DE BOMBA CENTRÍFUGA MONOFÁSICA DE ½ CV	3	
180	1.14.01.000319	TROCA DE PLATINADO DE BOMBA CENTRÍFUGA MONOFÁSICA DE ¾ CV	3	
181	1.14.01.000320	TROCA DE PLATINADO DE BOMBA CENTRÍFUGA MONOFÁSICA DE 1 CV	3	
182	1.14.01.000323	TROCA DE PLATINADO DE BOMBA CENTRÍFUGA MONOFÁSICA DE 2 CV	3	
183	1.14.01.000322	TROCA DE PLATINADO DE BOMBA CENTRÍFUGA MONOFÁSICA DE 3 CV	3	
184	1.14.01.000324	TROCA DE PLATINADO DE BOMBA CENTRÍFUGA MONOFÁSICA DE 4 CV	3	
185	1.14.01.000325	TROCA DE PLATINADO DE BOMBA CENTRIFUGA MONOFÁSICA DE 5 CV	3	
186	1.14.01.000326	TROCA DE RELÉ DE NÍVEL(UN) DE QUADRO DE COMANDO TRIFÁSICO	6	
187	1.14.01.000327	TROCA DE RELÉ DE TEMPO – 220W DE QUADRO DE COMANDO MONOFÁSICO	6	
188	1.14.01.000464	TROCA DE RELÉ FALTA DE FASE (UN) DE QUADRO DE COMANDO TRIFÁSICO	6	
189	1.14.01.000461	TROCA DE RELÉ TEMPO-440W DE QUADRO DE COMANDO MONOFÁSICO	6	
190	1.14.01.000329	TROCA DE ROLAMENTO DE BOMBA CENTRÍFUGA MONOFÁSICA DE ¾ CV	3	
191	1.14.01.000465	TROCA DE ROLAMENTO DE BOMBA CENTRÍFUGA MONOFÁSICA DE 1/2CV	3	
192	1.14.01.000330	TROCA DE ROLAMENTO DE BOMBA CENTRÍFUGA MONOFÁSICA DE 1 CV	3	
193	1.14.01.000331	TROCA DE ROLAMENTO DE BOMBA CENTRÍFUGA MONOFÁSICA DE 2 CV	5	
194	1.14.01.000332	TROCA DE ROLAMENTO DE BOMBA CENTRÍFUGA MONOFÁSICA DE 3 CV	3	
195	1.14.01.000333	TROCA DE ROLAMENTO DE BOMBA CENTRÍFUGA MONOFÁSICA DE 4 CV	3	



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO

CNPJ: 06.553.606/0001-30

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

Processo Administrativo nº 001.0000244/2017 - Pregão Presencial SRP Nº 054/2017

196	1.14.01.000334	TROCA DE ROLAMENTO DE BOMBA CENTRIFUGA MONOFÁSICA DE 5 CV	3	
197	1.14.01.000335	TROCA DE ROLAMENTO DE BOMBA CENTRÍFUGA TRIFÁSICA DE ½ CV	2	
198	1.14.01.000336	TROCA DE ROLAMENTO DE BOMBA CENTRÍFUGA TRIFÁSICA DE ¾ CV	2	
199	1.14.01.000337	TROCA DE ROLAMENTO DE BOMBA CENTRÍFUGA TRIFÁSICA DE 1 CV	2	
200	1.14.01.000338	TROCA DE ROLAMENTO DE BOMBA CENTRÍFUGA TRIFÁSICA DE 2 CV	2	
201	1.14.01.000339	TROCA DE ROLAMENTO DE BOMBA CENTRÍFUGA TRIFÁSICA DE 3 CV	2	
202	1.14.01.000340	TROCA DE ROLAMENTO DE BOMBA CENTRIFUGA TRIFÁSICA DE 5 CV	1	
203	1.14.01.000341	TROCA DE ROLAMENTOS DE GERADOR DE 12 KVA	2	
204	1.14.01.000342	TROCA DE ROLAMENTOS(UN) DE GERADOR DE 10 KVA	2	
205	1.14.01.000344	TROCA DE ROLAMENTOS(UN) DE GERADOR DE 15 KVA	1	
206	1.14.01.000345	TROCA DE ROLAMENTOS(UN) DE GERADOR DE 4 KVA	3	
207	1.14.01.000346	TROCA DE ROLAMENTOS(UN) DE GERADOR DE 6 KVA	3	
208	1.14.01.000347	TROCA DE ROLAMENTOS(UN) DE GERADOR DE 7,5 KVA	3	
209	1.14.01.000348	TROCA DE ROTOR(UN) DE BOMBEADOR	5	
210	1.14.01.000350	TROCA DE SELO MECÂNICO DE BOMBA CENTRÍFUGA MONOFÁSICA DE ½ CV	5	
211	1.14.01.000351	TROCA DE SELO MECÂNICO DE BOMBA CENTRÍFUGA MONOFÁSICA DE 1 CV	5	
212	1.14.01.000352	TROCA DE SELO MECÂNICO DE BOMBA CENTRÍFUGA MONOFÁSICA DE 2 CV	5	
213	1.14.01.000466	TROCA DE SELO MECÂNICO DE BOMBA CENTRÍFUGA MONOFÁSICA DE 3/4C	5	
214	1.14.01.000353	TROCA DE SELO MECÂNICO DE BOMBA CENTRÍFUGA MONOFÁSICA DE 3 CV	5	
215	1.14.01.000354	TROCA DE SELO MECÂNICO DE BOMBA CENTRÍFUGA MONOFÁSICA DE 4 CV	5	
216	1.14.01.000355	TROCA DE SELO MECÂNICO DE BOMBA CENTRIFUGA MONOFÁSICA DE 5 CV	5	
217	1.14.01.000356	TROCA DE SELO MECÂNICO DE BOMBA CENTRÍFUGA TRIFÁSICA DE ½ CV	3	
218	1.14.01.000357	TROCA DE SELO MECÂNICO DE BOMBA CENTRÍFUGA TRIFÁSICA DE ¾ CV	3	
219	1.14.01.000358	TROCA DE SELO MECÂNICO DE BOMBA CENTRÍFUGA TRIFÁSICA DE 1 CV	3	
220	1.14.01.000359	TROCA DE SELO MECÂNICO DE BOMBA CENTRÍFUGA TRIFÁSICA DE 2 CV	3	
221	1.14.01.000360	TROCA DE SELO MECÂNICO DE BOMBA CENTRÍFUGA TRIFÁSICA DE 3 CV	3	



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO

CNPJ: 06.553.606/0001-30

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

Processo Administrativo nº 001.0000244/2017 - Pregão Presencial SRP Nº 054/2017

222	1.14.01.000361	TROCA DE SELO MECÂNICO DE BOMBA CENTRIFUGA TRIFÁSICA DE 5 CV	1	
223	1.14.01.000363	TROCA DE VENTILADOR DE BOMBA CENTRÍFUGA MONOFÁSICA DE ¾ CV	3	
224	1.14.01.000467	TROCA DE VENTILADOR DE BOMBA CENTRÍFUGA MONOFÁSICA DE 1/2CV	3	
225	1.14.01.000364	TROCA DE VENTILADOR DE BOMBA CENTRÍFUGA MONOFÁSICA DE 1 CV	3	
226	1.14.01.000365	TROCA DE VENTILADOR DE BOMBA CENTRÍFUGA MONOFÁSICA DE 2 CV	3	
227	1.14.01.000366	TROCA DE VENTILADOR DE BOMBA CENTRÍFUGA MONOFÁSICA DE 3 CV	3	
228	1.14.01.000367	TROCA DE VENTILADOR DE BOMBA CENTRÍFUGA MONOFÁSICA DE 4 CV	3	
229	1.14.01.000368	TROCA DE VENTILADOR DE BOMBA CENTRIFUGA MONOFÁSICA DE 5 CV	3	
230	1.14.01.000369	TROCA DE VENTILADOR DE BOMBA CENTRÍFUGA TRIFÁSICA DE ½ CV	2	
231	1.14.01.000370	TROCA DE VENTILADOR DE BOMBA CENTRÍFUGA TRIFÁSICA DE ¾ CV	2	
232	1.14.01.000371	TROCA DE VENTILADOR DE BOMBA CENTRÍFUGA TRIFÁSICA DE 1 CV	2	
233	1.14.01.000372	TROCA DE VENTILADOR DE BOMBA CENTRÍFUGA TRIFÁSICA DE 2 CV	2	
234	1.14.01.000373	TROCA DE VENTILADOR DE BOMBA CENTRÍFUGA TRIFÁSICA DE 3 CV	2	
235	1.14.01.000374	TROCA DE VENTILADOR DE BOMBA CENTRIFUGA TRIFÁSICA DE 5 CV	1	
236	1.14.01.000375	TROCA DE VOLTÍMETRO DE QUADRO DE COMANDO MONOFÁSICO	6	
237	1.14.01.000376	TROCA DE VOLTÍMETRO(UN) DE QUADRO DE COMANDO TRIFÁSICO	6	
238	1.14.01.000377	TROCA DO DIFUSOR(UN) DE BOMBEADOR	5	
239	1.14.01.000378	TROCA DO DISCO DE GRAFITE DE MOTOR SUBMERSO MONOFÁSICO DE 4 POLEGADAS 1CV	2	
240	1.14.01.000379	TROCA DO DISCO DE GRAFITE DE MOTOR SUBMERSO MONOFÁSICO DE 4 POLEGADAS 2CV	8	
241	1.14.01.000380	TROCA DO DISCO DE GRAFITE DE MOTOR SUBMERSO MONOFÁSICO DE 4 POLEGADAS 3CV	3	
242	1.14.01.000381	TROCA DO DISCO DE GRAFITE DE MOTOR SUBMERSO MONOFÁSICO DE 4 POLEGADAS 4CV	3	
243	1.14.01.000382	TROCA DO DISCO DE GRAFITE DE MOTOR SUBMERSO MONOFÁSICO DE 4 POLEGADAS 5CV	2	
244	1.14.01.000383	TROCA DO DISCO DE GRAFITE DE MOTOR SUBMERSO MONOFÁSICO DE 6 POLEGADAS 1CV	3	



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO

CNPJ: 06.553.606/0001-30

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

Processo Administrativo nº 001.0000244/2017 - Pregão Presencial SRP Nº 054/2017

245	1.14.01.000384	TROCA DO DISCO DE GRAFITE DE MOTOR SUBMERSO MONOFÁSICO DE 6 POLEGADAS 2CV	3	
246	1.14.01.000385	TROCA DO DISCO DE GRAFITE DE MOTOR SUBMERSO MONOFÁSICO DE 6 POLEGADAS 3 CV	3	
247	1.14.01.000387	TROCA DO DISCO DE GRAFITE DE MOTOR SUBMERSO MONOFÁSICO DE 6 POLEGADAS 4 CV	2	
248	1.14.01.000388	TROCA DO DISCO DE GRAFITE DE MOTOR SUBMERSO MONOFÁSICO DE 6 POLEGADAS 5 CV	1	
249	1.14.01.000389	TROCA DO DISCO DE GRAFITE DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 4 POLEGADAS 1CV	1	
250	1.14.01.000390	TROCA DO DISCO DE GRAFITE DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 4 POLEGADAS 2CV	8	
251	1.14.01.000391	TROCA DO DISCO DE GRAFITE DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 4 POLEGADAS 3CV	3	
252	1.14.01.000392	TROCA DO DISCO DE GRAFITE DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 4 POLEGADAS 4CV	3	
253	1.14.01.000393	TROCA DO DISCO DE GRAFITE DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 4 POLEGADAS 5CV	3	
254	1.14.01.000394	TROCA DO DISCO DE GRAFITE DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 4 POLEGADAS 6CV	2	
255	1.14.01.000395	TROCA DO DISCO DE GRAFITE DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 4 POLEGADAS 7 ½ CV	1	
256	1.14.01.000396	TROCA DO DISCO DE GRAFITE DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 4 POLEGADAS 7CV	1	
257	1.14.01.000397	TROCA DO DISCO DE GRAFITE DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 6 POLEGADAS 1CV	2	
258	1.14.01.000398	TROCA DO DISCO DE GRAFITE DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 6 POLEGADAS 2CV	2	
259	1.14.01.000399	TROCA DO DISCO DE GRAFITE DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 6 POLEGADAS 3CV	2	
260	1.14.01.000400	TROCA DO DISCO DE GRAFITE DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 6 POLEGADAS 4CV	1	
261	1.14.01.000401	TROCA DO DISCO DE GRAFITE DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 6 POLEGADAS 5CV	2	
262	1.14.01.000402	TROCA DO DISCO DE GRAFITE DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 6 POLEGADAS 6CV	1	
263	1.14.01.000403	TROCA DO DISCO DE GRAFITE DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 6 POLEGADAS 7CV	1	
264	1.14.01.000404	TROCA DO DISCO DE GRAFITE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 6 POLEGADAS 7 ½ CV	1	
265	1.14.01.000405	TROCA DO FRISADO DE BOMBEADOR	5	
266	1.14.01.000407	TROCA DO RETENTOR DE GRAFITE DE MOTOR SUBMERSO MONOFÁSICO DE 6 POLEGADAS 3 CV	3	
267	1.14.01.000408	TROCA DO RETENTOR DE MOTOR SUBMERSO MONOFÁSICO DE 4 POLEGADAS 1CV	2	
268	1.14.01.000409	TROCA DO RETENTOR DE MOTOR SUBMERSO MONOFÁSICO DE 4 POLEGADAS 2CV	8	



269	1.14.01.000410	TROCA DO RETENTOR DE MOTOR SUBMERSO MONOFÁSICO DE 4 POLEGADAS 3CV	3	
270	1.14.01.000411	TROCA DO RETENTOR DE MOTOR SUBMERSO MONOFÁSICO DE 4 POLEGADAS 4CV	3	
271	1.14.01.000412	TROCA DO RETENTOR DE MOTOR SUBMERSO MONOFÁSICO DE 4 POLEGADAS 5CV	2	
272	1.14.01.000413	TROCA DO RETENTOR DE MOTOR SUBMERSO MONOFÁSICO DE 6 POLEGADAS 1CV	3	
273	1.14.01.000414	TROCA DO RETENTOR DE MOTOR SUBMERSO MONOFÁSICO DE 6 POLEGADAS 2CV	3	
274	1.14.01.000415	TROCA DO RETENTOR DE MOTOR SUBMERSO MONOFÁSICO DE 6 POLEGADAS 4 CV	2	
275	1.14.01.000416	TROCA DO RETENTOR DE MOTOR SUBMERSO MONOFÁSICO DE 6 POLEGADAS 5 CV	1	
276	1.14.01.000417	TROCA DO RETENTOR DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 4 POLEGADAS 1CV	1	
277	1.14.01.000418	TROCA DO RETENTOR DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 4 POLEGADAS 2CV	8	
278	1.14.01.000419	TROCA DO RETENTOR DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 4 POLEGADAS 3CV	3	
279	1.14.01.000420	TROCA DO RETENTOR DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 4 POLEGADAS 4CV	3	
280	1.14.01.000421	TROCA DO RETENTOR DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 4 POLEGADAS 5CV	3	
281	1.14.01.000422	TROCA DO RETENTOR DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 4 POLEGADAS 6CV	2	
282	1.14.01.000423	TROCA DO RETENTOR DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 4 POLEGADAS 7 ½ CV	1	
283	1.14.01.000424	TROCA DO RETENTOR DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 4 POLEGADAS 7CV	1	
284	1.14.01.000425	TROCA DO RETENTOR DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 6 POLEGADAS 1CV	2	
285	1.14.01.000426	TROCA DO RETENTOR DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 6 POLEGADAS 2CV	2	
286	1.14.01.000427	TROCA DO RETENTOR DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 6 POLEGADAS 3CV	2	
287	1.14.01.000428	TROCA DO RETENTOR DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 6 POLEGADAS 4CV	1	
288	1.14.01.000429	TROCA DO RETENTOR DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 6 POLEGADAS 5CV	2	
289	1.14.01.000430	TROCA DO RETENTOR DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 6 POLEGADAS 6CV	1	
290	1.14.01.000468	TROCA DO RETENTOR DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 6 POLEGADAS 7 1/2C	1	
291	1.14.01.000431	TROCA DO RETENTOR DE MOTOR SUBMERSO TRIFÁSICO DE 6 POLEGADAS 7CV	1	
292	1.14.01.000432	TROCA DOS PORTA ESCOVAS DE GERADOR DE 12 KVA	2	
293	1.14.01.000433	TROCA DOS PORTA ESCOVAS(UN) DE GERADOR DE 10 KVA	2	
294	1.14.01.000434	TROCA DOS PORTA ESCOVAS(UN) DE GERADOR DE 15 KVA	1	



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO

CNPJ: 06.553.606/0001-30

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

Processo Administrativo nº 001.0000244/2017 - Pregão Presencial SRP N° 054/2017

295	1.14.01.000435	TROCA DOS PORTA ESCOVAS(UN) DE GERADOR DE 4 KVA	3	
296	1.14.01.000436	TROCA DOS PORTA ESCOVAS(UN) DE GERADOR DE 6 KVA	3	
297	1.14.01.000437	TROCA DOS PORTA ESCOVAS(UN) DE GERADOR DE 7,5 KVA	3	
298	1.14.01.000438	VAZÃO DE POÇO(ATÉ 100M)	3	





ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO

CNPJ: 06.553.606/0001-30

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

Processo Administrativo nº 001.0000244/2017 - Pregão Presencial SRP Nº 054/2017

ANEXO II

MINUTA DO CONTRATO Nº ____/____

CONTRATO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE UNIÃO-PI, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA _____ PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE _____ PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CONTRATANTE.

O **MUNICÍPIO DE UNIÃO-PI**, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE _____**, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº _____, com sede na _____, nº _____, Centro, União-PI, neste ato representado pelo Ilmo. Secretário Municipal de _____, Sr. _____, daqui por diante designado contratante e do outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ: _____, sediada na _____, nº _____, Bairro _____, _____, representado pelo Sr. _____, portador do RG: _____ SSP _____ e CPF: _____, denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm, entre si, justo e avençado e celebram, por força do presente instrumento, contrato administrativo para fornecimento parcelado de _____, observadas as especificações e demais exigências previstas no Edital e anexos do Pregão Presencial para Sistema de Registro de Preços nº _____, formalizada nos autos do Processo Administrativo nº _____, observadas as prescrições previstas na Lei nº 8.666/93 em conformidade com as disposições legais e pelas condições a seguir pactuadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento, parcelado e sob demanda, de _____ para atender as necessidades dos programas e ações desenvolvidos pela Secretaria _____ Município de União-PI, conforme especificações e demais exigências previstas neste Contrato e documentos que integram o processo administrativo, como se aqui estivessem transcritos.

1.3 A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto contratual até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, nos termos do artigo 65, § 1º, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

1.4 A **CONTRATADA** executará os fornecimentos rigorosamente de acordo com os termos deste contrato, sem prejuízo das prescrições e obrigações previstas no Edital e anexos, bem como na Ata de Registro de Preços que integram o presente instrumento de forma complementar para todos os efeitos legais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO

2.1 O ESCOPO E PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS



2.1.1 Suporte e manutenção de infraestrutura de redes e segurança da informação, abrangendo a prefeitura e seus órgãos deverá ser iniciada no prazo de até cinco dias, após a assinatura do contrato e expedição da ordem de serviço, sendo que os serviços serão disponibilizados 24 horas os sete dias da semana.

2.1.2 Os serviços a serem prestados serão baseados em projetos e executados sob demanda, envolvendo as seguintes atividades, conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas:

2.1.2.1 A execução das rotinas, com vistas ao monitoramento, à disponibilidade, à segurança e à performance do ambiente tecnológico;

2.1.2.2 A manutenção de equipamentos, suporte a redes e a segurança da informação.

2.1.2.3 Disponibilização dos sistemas corporativos pré-existentes em todos os órgãos do município conectados a rede.

2.1.2.4 Instalação, configuração e manutenção dos servidores (Windows/Linux) de rede, arquivos, firewall e banco de dados;

2.1.2.5 Instalação, configuração e manutenção de ativos da rede como: roteadores, switches e equipamentos wi fi;

2.1.2.6 Configuração e manutenção do serviço de nomes (DNS);

2.1.2.7 Configuração e manutenção do serviço de DHCP;

2.1.2.8 Configuração e manutenção do serviço de E-mail;

2.1.2.9 Configuração e manutenção para disponibilização do site oficial da Prefeitura;

2.1.2.10 Desenvolvimento de projetos que venham atender as necessidades da rede computadores do município.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

3.1 O valor global do presente CONTRATO é de R\$ _____ (_____), destinado a atender a demanda da contratante pelo período de vigência do contrato.

3.2 Para regular administração e controle do fornecimento, os valores unitários dos _____ e o quantitativo a ser adquirido é o especificado abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL

3.3 A formalização do presente ajuste não obriga a administração a adquirir os serviços.

CLÁUSULA QUARTA - DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 A contratação dos _____ correrão por conta de recursos oriundos da Secretaria _____ do Município de União-PI; Projeto/Atividade: _____; Elemento de Despesa: _____; Fonte de Recursos: _____.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1 O pagamento pelos serviços será MENSAL, devendo o suporte ser executado na forma 24 x7, conforme previsto neste Termo de Referência.



5.2 O pagamento será efetuado mediante fatura contendo a descrição dos serviços, conforme Ordens de Serviço. O pagamento somente será efetuado após o ateste da fatura pelo fiscal do contrato da CONTRATANTE.

5.3 Será observado o prazo de até 30(trinta) dias para pagamento, contado da data final do período de adimplemento, conforme estabelece o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei 8.666/93.

5.4 A fatura só será liberada para pagamento depois de aprovada pela área gestora, e deverá estar isenta de erros ou omissões, sem o que será, de forma imediata, devolvida à licitante vencedora para correções.

5.5 Na hipótese de irregularidade no cadastro ou habilitação no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 30 (trinta) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexo e rescisão do contrato.

5.6 A fatura emitida pela CONTRATADA deverá conter a descrição dos serviços a que se destina.

5.7 O pagamento será procedido a comprovação de cumprimento dos requisitos de habilitação previstos nos arts. 27 a 32 da Lei nº 8.666/93.

5.8 O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS, ensejará o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis.

5.9 O pagamento será creditado em nome da licitante vencedora, mediante Ordem Bancária em Conta Corrente por ela indicada, um vez satisfeitas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

5.10 A Nota Fiscal/Fatura deverá destacar o valor do IRPJ e demais contribuições incidentes, para fins de retenção na fonte, ou informar a isenção, não incidência ou alíquota zero, e respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem.

5.11 Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

5.12 Atendido ao disposto nos itens anteriores a CONTRATANTE considera como data final do período de adimplemento a do dia útil seguinte à data de entrega do documento de cobrança no local de pagamento do serviço, a partir da qual será observado o prazo de até 30 (trinta) dias para pagamento.

5.13 É de inteira responsabilidade da licitante vencedora a entrega a CONTRATANTE dos documentos de cobrança, acompanhados dos seus respectivos anexos, de forma clara, objetiva e ordenada, que se não for atendido, implica desconsideração pela CONTRATANTE dos prazos estabelecidos para conferência e pagamento.

5.14 Caso a licitante vencedora seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

5.15 A CONTRATANTE deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou glosas devidas pela CONTRATADA.

5.16 É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

5.17 Será designado pela Administração o Fiscal/Gestor do contrato que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da sua execução, anotando em registro próprio as ocorrências



relacionadas com a prestação dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

5.18 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal/Gestor do contrato deverão ser solicitadas as suas superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

6.6 O presente Contrato terá vigência de ____ (_____) dias, contado da sua assinatura.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1 Além das obrigações e condições fixadas no Edital e seus nexos, as partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste contrato, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2 A CONTRATADA deve, além das demais obrigações descritas nas legislações aplicáveis à contratação, deve:

7.2.1. Nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do contrato;

7.2.2. Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar à CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;

7.2.3. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios de qualidade, defeitos ou incorreções;

7.2.4. Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

7.2.5. Observar as normas de técnicas vigentes aplicáveis ao objeto;

7.2.6. Garantir que o serviço autorizado seja efetivamente fornecido a CONTRATANTE;

7.2.7. Controlar para que os fornecimentos ocorram nos prazos e condições especificadas nesse contrato;

7.2.7.1. Em caso de fornecimento fora das especificações e/ou do tipo apropriado, a CONTRATADA arcará com o ônus do fato.

7.2.8. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade observada em virtude do fornecimento e prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados;

7.2.9. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, bem como por todas as despesas decorrentes do fornecimento tais como: salários, seguro de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales-transportes, vales-refeições, e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas por Lei;

7.2.10. Responsabilizar-se por quaisquer ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento do contrato;

7.2.11. Fornecer a seus empregados todos os Equipamentos de Proteção Individual – EPI, exigidos pela Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho – SSMT do MTE, bem como cumprir todas as normas sobre medicina e segurança do trabalho;

7.2.12. Observar e adotar todas as normas de segurança e prevenção a incêndio, recomendadas por lei.

7.3 São expressamente vedadas à CONTRATADA:



7.3.1. A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE;

7.3.2. A subcontratação para a execução do objeto deste contrato, salvo nos casos autorizados e devidamente justificados;

7.3.3. A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE, ativo ou aposentado, ou de ocupante de cargo em comissão, assim como de seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, durante a vigência deste contrato.

7.4. A CONTRATANTE, além das demais obrigações descritas na legislação, deve:

7.4.1. Expedir as Autorizações de Fornecimento;

7.4.2. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA para a fiel execução do contrato;

7.4.3. Designar servidores da CONTRATANTE para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93;

7.4.4. Notificar à CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais falhas ou imperfeições na prestação do fornecimento, fixando prazo para sua correção.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar, além das penalidades específicas, a sua rescisão com as consequências contratuais e legais.

8.2 Constituem motivo de rescisão, os elencados nos artigos 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, com redação atualizada pela Lei 8.883/94.

8.3 A rescisão do contrato se dará na forma estipulada e prevista em lei (art. 79, e seguintes, da Lei 8.666/93).

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1 Caso a contratado apresente documentação falsa, enseje o retardamento da execução do objeto, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município e, será descredenciado no Sistema de Cadastro do Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no contrato e das demais cominações legais, conforme previsto no Edital e seus anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

10.1 Considerando o prazo de validade estabelecido na Cláusula sexta desse contrato, e em atendimento ao §1º, art. 28, da Lei Federal 9.069, de 29.6.1995 e demais legislação, é vedado qualquer reajustamento de preços, salvo na hipótese de revisão ou reajuste dos preços contratados para manutenção do equilíbrio financeiro do contrato nos casos previstos na Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1 A contratantes designará servidor que atuará como o fiscal do presente Contrato, o qual acompanhará a execução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESPONSABILIDADE



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO

CNPJ: 06.553.606/0001-30

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

Processo Administrativo nº 001.0000244/2017 - Pregão Presencial SRP Nº 054/2017

12.1 O CONTRATADO responde civil e criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa, no cumprimento do contrato, venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, correndo às suas expensas, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, o ressarcimento ou indenização pelos danos ou prejuízos causados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA MOTIVAÇÃO, FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO.

13.1 A formalização desse instrumento foi motivada em face da necessidade de atender as necessidades dos programas e ações mantidas pelas secretaria contratante.

13.2 Integra o presente contrato e vincula - se ao Processo Administrativo nº _____, o Edital e seus anexos do PP SRP Nº _____, ARP Nº _____ bem como à proposta da CONTRATADA e demais documentos que instruem o processo para todos os efeitos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Fica eleito o foro de União, Estado do Piauí, para dirimir os conflitos que possam advir da execução do presente Contrato, que não possam ser resolvidas por meios administrativos, renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

14.2 Os casos omissos serão decididos pela Administração CONTRATANTE.

E por assim estarem justas e CONTRATADAS, assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

União-PI, _____ de _____ de _____.

SIGNATÁRIOS

PELO CONTRATANTE

PELA CONTRATADA

XXXXXXXXXXXXXX

SECRETÁRIO DE _____ DE UNIÃO

XXXXXXXXXXXXXX

EMPRESA

TESTEMUNHAS:

1ª) _____ RG ou CPF _____

2ª) _____ RG ou CPF _____



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO

CNPJ: 06.553.606/0001-30

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

Processo Administrativo nº 001.0000244/2017 - Pregão Presencial SRP Nº 054/2017

ANEXO III

MODELO DE CREDENCIAMENTO (Procurador)

PROCURAÇÃO

A (nome da empresa) _____, CNPJ n.º _____, com sede à _____, neste ato representado pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa – nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu(s) Procurado r(es) o Senhor (es) (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere(m) amplos poderes para junto a Prefeitura Municipal de União-PI (ou de forma genérica: para junto aos Órgãos Públicos Federais, Estaduais e Municipais) praticar os atos necessários para representar a outorgante na licitação na modalidade de Pregão n.º (ou de forma genérica para licitações em geral), usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances verbais, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta para outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom firme e valioso, e, em especial, para (se for o caso de apenas uma licitação).

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura

Obs.: Só será aceito mediante reconhecimento de firma.

Este deverá ser apresentada fora dos envelopes.



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO

CNPJ: 06.553.606/0001-30

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

Processo Administrativo nº 001.0000244/2017 - Pregão Presencial SRP N° 054/2017

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO

À Prefeitura Municipal de UNIÃO-PI
Comissão Permanente de Licitação – CPL
Ref. PREGÃO PRESENCIAL SRP N° ___/201X
Processo Administrativo N° ___/201X

(MODELO) - DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO DE HABILITAÇÃO

inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de
seu representante legal o Sr. _____
(a) _____)

_____ portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, por seu representante legal infra-assinado para cumprimento do previsto no inciso VII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, publicada no DOU de 18 de julho de 2002, **DECLARA** expressamente que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos do Edital do Pregão em epígrafe.

_____, ____ de _____ de 201X.

Assinatura do representante Legal

Nome:

Cargo:

OBS: Esta Declaração deve ser apresentada juntamente com os documentos de Credenciamento.

Nota: A falsidade desta DECLARAÇÃO caracterizará crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das penalidades previstas neste Edital.



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO

CNPJ: 06.553.606/0001-30

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

Processo Administrativo nº 001.0000244/2017 - Pregão Presencial SRP Nº 054/2017

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO ÚNICA

À Prefeitura Municipal de UNIÃO-PI
Comissão Permanente de Licitação – CPL
Ref. PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº ____/201X
Processo Administrativo Nº ____/201X

Atendendo as exigências do Procedimento Licitatório em epígrafe, declaramos expressamente que:

Aceitamos e concordamos integralmente e sem qualquer restrição com as condições dessa licitação, expressas no edital e todos os seus anexos.

Não existe nenhum **fato superveniente** para nossa habilitação, nem estamos impedidos de licitar, contratar ou transacionar com o Poder Público ou qualquer de seus órgãos descentralizados, nem fomos declarados inidôneos por qualquer órgão federal, estadual, municipal ou concessionária de energia elétrica.

Entre os nossos dirigentes, gerentes, sócios, responsáveis técnicos e demais profissionais, **não figuram empregados do Município de UNIÃO**, nem da empresa contratante ou outro órgão ou entidade a ela vinculada.

Não empregamos **menor de dezoito anos**, de acordo com o inciso XXXIII do art. 7 da Constituição Federal, e do inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93.

Temos pleno conhecimento dos locais e das condições de execução do OBJETO.

Manteremos válida a nossa Proposta pelo prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da sua apresentação e abertura.

_____, ____ de _____ de 201X.

Assinatura do representante Legal

Nome:

Cargo:

OBS: ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER JUNTADA NO ENVELOPE Nº 02

Nota: A falsidade desta DECLARAÇÃO caracterizará crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das penalidades previstas neste Edital.



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO

CNPJ: 06.553.606/0001-30

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

Processo Administrativo nº 001.0000244/2017 - Pregão Presencial SRP Nº 054/2017

ANEXO VI

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0XX/2017

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2017

Pregão Presencial nº 0xx/2017
Processo Administrativo Nº xxxx/2017
Publicado no DOM de:
Validade: 12 (DOZE) MESES

REGISTRO DE PREÇOS para futuras aquisições a serem registrados em ata com força de contrato que ficará disponível para posterior contratação de empresa para **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA E SOB DEMANDA** DE **PARA ATENDER AS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE UNIÃO-PI**, conforme especificações contidas no Termo de Referência e Edital.

Aos xxxx dias do mês de xxxxxxx de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, de um lado, o **MUNICÍPIO DE UNIÃO/PI**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede _____, s/n, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, Órgão Gerenciador do SRP-PMU/PI neste ato representado pelo Ilmo. Sr.(a)xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, Secretário(a) Municipal, portador do CPF: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado na Rua xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, nºxxxx, Bairro xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx-PI, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS apresentados pelo(s) fornecedor(es):xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, CNPJ: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, sediada na Rua xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, nº xxxx, Bairroxxxxxxxxxxxxxxxx, na cidade de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx – xx, representada peloSr.(a)xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, portador(a) do RG: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx SSP xx, CPF: xxxxxxxxxxxxxxxx-xx, conforme especificações e demais exigências previstas no edital e seus anexos, bem como proposta da licitante vencedora, como se aqui estivesse transcrita e observadas as disposições estabelecidas no Edital e Anexos do Pregão Presencial SRP nº 0xx/201x, Processo Administrativo nº 0xxxx/2017; observadas as disposições da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e alterações posteriores; pelos Decretos nº 3.555/2000, Decreto Municipal nº 0178/2008, Lei Complementar 123/2006 e subsidiariamente pela Lei n.º 8.666/93 e pelas condições a seguir pactuadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de União-PI, por intermédio de suas secretarias e a(s) empresa(s):xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, **CNPJ: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, que apresentou os menores preços para o fornecimento parcelado e sob demanda de _____ objeto do Pregão Presencial para Sistema de Registro

Página | 47



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO

CNPJ: 06.553.606/0001-30

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

Processo Administrativo nº 001.0000244/2017 - Pregão Presencial SRP Nº 054/2017

de Preços nº 0xxx/201x, conforme especificações e demais exigências previstas no edital e seus anexos, bem como a proposta da licitante detentora dos menores preços registrados, como se aqui estivessem transcritas, conforme descrito abaixo:

ITEM	LICITANTE	VALOR UNIT REGISTRADO	VALOR TOTAL DO ITEM
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DA ATA

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 meses, contada a partir de sua assinatura.

2.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o Município de UNIÃO não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3 Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4 A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas na legislação que disciplina o assunto, em especial o disposto no Art. 65, §1º da Lei nº 8.666/93.

2.5 A Ata Geral de Registro de Preços, ora firmada entre o Município de UNIÃO e a(s) Detentora(s), terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura deste instrumento.

2.6 O Município de UNIÃO, no atendimento do interesse público, fica assegurado o direito de exigir que a detentora, conforme o caso, prossiga na execução do ajuste, pelo período de até 90 (noventa) dias, a fim de evitar brusca interrupção do fornecimento e/ou compra do objeto, em face de atraso justificado de pagamentos por parte da contratante, conforme dispõe inciso XV do art. 78 da Lei 8.666/93.

2.7 Após a celebração da Ata de Registro de Preços, para o fornecimento do objeto registrado, a Secretaria requisitante, poderá emitir Nota de Empenho, Autorização de Compra, Ordem de Serviço ou instrumento similar com força de contrato, conforme previsto no Art. 62 da Lei nº 8.666/93.

2.8 O Edital e seus anexos, a Ata de Registro de Preços, a proposta da licitante detentora dos preços registrados e todos os demais documentos que instruem o processo administrativo que originou a Ata de Registro de Preços são complementares entre si, podendo ser inclusive, invocados, para apurar as responsabilidades das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 A presente Ata de Registro de Preço poderá ser utilizada por todos os órgãos da Administração Pública Municipal. Os demais entes Estadual e Federal, somente poderão utilizar, desde que autorizados pelo Município de UNIÃO.

3.2 O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na Cláusula Primeira e na proposta final das licitantes que constitui o Anexo I desta Ata de Registro de Preço, independentemente de transcrição.

3.3 Em cada emissão de Ordem de Fornecimento/Material decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital e proposta da licitante vencedora.

3.3 Em cada fornecimento do objeto, o preço unitário a ser pago e o material adquirido será o constante na proposta final apresentada pela empresa detentora dos preços registrados na presente Ata, a qual também a integra independentemente de transcrição.



3.4 O Órgão Gerenciador do SRP poderá a qualquer tempo convocar o licitante do preço registrado para renegociar os preços apresentados, em nome do interesse público e da busca da proposta mais vantajosa.

CLÁUSULA QUARTA – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E DAS RESPONSABILIDADES

4.1 A Proposta da(s) licitante(s) vencedora (s), com a relação do(s) item(ns), devidamente detalhada, o valor unitário do(s) item(ns), com o nome da respectiva empresa ofertante do melhor lance, constitui o Anexo I desta Ata, independentemente de transcrição.

4.2 Para efeito de escolha do Fornecedor para fornecimento dos serviços deverá ser levada em conta a Ordem de Classificação descrita na Planilha de Lances ou na Ata da sessão de julgamento que integra a presente Ata independentemente de transcrição.

4.3 DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DOS PREÇOS REGISTRADOS/CONTRATADA

4.3.1. Manter durante toda a execução do fornecimento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, mantendo também todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital e Anexos do procedimento em epígrafe.

4.3.2. Efetuar o fornecimento dos serviços em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia, quando for o caso;

4.3.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

4.3.4. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de ____ (_____) dias, o produto com avarias ou defeitos;

4.3.5. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

4.3.6. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.3.7. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

4.3.8. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

4.3.9. Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

4.3.10. Em tudo agir, segundo as diretrizes fixadas no Edital e seus anexos e legislação específica, conforme o caso.

4.4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.4.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 8.666/93, são obrigações do Município de UNIÃO, por intermédio de suas secretarias, fundos e órgãos:

4.4.1.1. Efetuar o registro do preço negociado e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços, contrato individual ou sua substituição por instrumentos hábeis conforme facultado pelo Art. 62 da Lei nº 8.666/93, tais como: autorização de compras ou ordem de serviços, nota de empenho ou outro instrumento similar, conforme seja o caso, antes de efetuar a aquisição do objeto;



4.4.1.2. Efetuar o pagamento ao detentor do preço, quando da aquisição dos serviços observando sempre que possível os prazos e as condições estipuladas em Edital e seus Anexos.

4.4.1.3. Promover por meio de servidor(es) especialmente designado, o acompanhamento e a fiscalização da Ata ou contrato sob os aspectos quantitativos e qualitativos, dando aceite observando o detalhamento contido neste Anexo I ou devolvendo para substituição, os que porventura não atenderem as descrições e especificações exigidas, sem ônus para a CONTRATANTE.

4.4.1.4. O recebimento do objeto solicitado deverá ser por meio da apresentação do formulário próprio (Ordem de Compra/OF) devidamente assinado por servidor responsável designado junto ao setor competente, como comprovação da efetiva execução do objeto.

4.4.1.5. Proporcionar à empresa contratada as facilidades necessárias a fim de que a adjudicatária/contratada possa executar o fornecimento do objeto;

4.4.1.6. Fornecer ao licitante todas as informações relacionadas com o objeto conforme descrições e especificações deste Anexo I;

4.4.1.7. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à entrega do objeto, em especial, aplicação de sanções, alterações e revisões da mesma;

4.4.1.8. Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

4.4.1.9. Promover o gerenciamento da Ata e o controle dos preços registrados, efetuando as necessárias atualizações;

4.4.1.10. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

4.4.1.11. Aceitar ou recusar os motivos alegados pela CONTRATADA para figurar caso fortuito ou de força maior, dando, por escrito, razões de sua eventual aceitação ou recusa, no prazo máximo de 05 (cinco) dias consecutivos, a contar da data do recebimento dos documentos de comprovação;

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1 O pagamento será realizado pelo Município de UNIÃO-PI através do setor competente, até 30 dias após a solicitação que deverá ser protocolada até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao do fornecimento do material/produto, acompanhado da nota fiscal/fatura devidamente atestada, emitida juntamente com recibo em 04 (quatro) vias de igual valor, cópia do contrato e/ou nota de empenho, cópia das certidões de regularidade junto ao INSS e FGTS, certidão conjunta de débitos fiscais junto à união, certidão negativa de débitos junto à SEFAZ, certidão negativa de débitos junto à prefeitura municipal, Ordem de Fornecimento do objeto, firmado pela autoridade competente, e em conformidade com o disposto no art. 40, inciso XIV, alínea "a" da Lei 8.666/93.

5.2 A nota fiscal referida acima deve apresentar discriminadamente os produtos/serviços executados ou fornecidos.

5.3 As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e neste caso o vencimento dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da documentação devidamente corrigida e válida, não ocorrendo neste caso, quaisquer ônus por parte da Administração.



5.4 Nenhum pagamento será efetuado aos adjudicatários enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou falta de entrega do produto ou material.

5.5 O pagamento somente será realizado após a verificação da situação da mesma, relativa às condições de habilitação exigidas na licitação, através de documentação anexada à fatura relativa aos Incisos III e IV, Art. 29 da Lei nº 8.666/93, e em caso de pendência o pagamento será suspenso.

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA, PRAZO E LOCAL PARA FORNECIMENTO DO OBJETO

6.1 Conforme solicitação da Secretaria Requisitante, o fornecimento do objeto será realizada em até xx (xxxxx) dias, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento que será emitida de acordo com a necessidade do Município.

6.2 O objeto desta Ata de Registro de Preço será fornecido, parceladamente, e somente mediante a apresentação de autorização OF, AC OU NOTA DE EMPENHO, devidamente preenchida e expedida pela autoridade competente ou responsável por ele designado:

6.3 Por ocasião da entrega, o fornecedor deverá colher comprovante de entrega contendo data, o nome, o cargo e a assinatura emitidos pela Administração responsável designado na respectiva requisição de fornecimento.

6.4 A CONTRATADA comprometer-se-á a dar total garantia quanto a qualidade dos serviços (toners recarregados/fornecidos), bem como, efetuar a substituição ou complementação de quantitativos no prazo máximo de 02 (duas) horas, e totalmente às suas expensas de qualquer material entregue comprovadamente adulterado ou inutilizável, na forma do art. 69 da Lei nº 8.666/93.

6.5 Correrão por conta da CONTRATADA todas as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas, e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição do objeto, correndo a cargo da CONTRATANTE absolutamente os valores referentes ao efetivo fornecimento do objeto ao preço cotado na proposta da CONTRATADA.

6.6 A Administração deverá emitir Ordem de Compra (OC) ou Autorização de Fornecimento (OF), ou ainda instrumento equivalente, contendo quantidade, discriminação do objeto, preço unitário e, quando for o caso preço total e prazo para atendimento, Nota de Empenho que será emitida a favor do detentor da Ata, depois de consulta ao órgão gerenciador.

6.7 Na OC ou OF ou documento equivalente deverá está declarado a Dotação Orçamentária que suportará a despesa, contendo pelo menos a Fonte, a Classificação Funcional e o Elemento de Despesa.

6.8 De posse dos documentos acima, o detentor da Ata, nos prazos estabelecidos no Edital, adimplirá a condição assumida, a contar do Recebimento da OC ou OF e da Nota de Empenho, ou em outro prazo mediante anuência da contratante, conforme consta seja o caso.

6.9 O contrato individual será sempre representado pelo instrumento próprio, Nota de Empenho ou instrumento equivalente na forma do Art. 62 da Lei nº 8.666/93, e a sua celebração será formalizada pelo recebimento ou retirada do documento equivalente por parte da detentora de preços na Ata Geral de Registro.

6.10 O(s) fornecedor (es) se obriga(m) a manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital;

6.11 Será de responsabilidade do licitante que tiver seus preços registrados, o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas em decorrência de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se ainda por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionados com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na Ata Geral de registro de preços.



CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

1. Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados, o descumprimento, pela detentora dos preços registrados, de suas obrigações ou a infringência de preceitos legais implicarão, segundo a gravidade da falta, na aplicação das penalidades abaixo elencadas.

2. A recusa injustificada da licitante vencedora em apresentar nova proposta após a rodada de lances, apresentar proposta final em desconformidade com as especificações e preços registrados, não comparecer para assinar a Ata de Registro de Preços ou o contrato, bem como não aceitar ou retirar a nota de empenho, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades legal estabelecidas e o cancelamentos dos preços registrados.

3. No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, a PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO-PI poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:

3.1 Advertência.

3.2. Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso e por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e o estabelecido neste Edital, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias uma vez comunicada oficialmente.

3.3. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

3.4. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante ressarcir a PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO-PI pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

4. As multas a que se referem os subitens anteriores serão descontadas dos pagamentos devidos pela PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO-PI ou cobradas diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas neste tópico.

5. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do vencedor ou adjudicatário, na forma da Lei.

6. O contrato poderá ser rescindido nos termos do que dispõe os artigos 77 e 79 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas respectivas alterações.

7. As penalidades pecuniárias serão, sempre que possível e independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, descontadas dos créditos da CONTRATADA ou, se for o caso, cobradas administrativa ou judicialmente, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

8. Após a aplicação de qualquer penalidade prevista neste capítulo, realizar-se-á comunicação escrita à empresa e publicação no Órgão de Imprensa Oficial (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora), contando o fundamento legal da punição.

9. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO

CNPJ: 06.553.606/0001-30

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

Processo Administrativo nº 001.0000244/2017 - Pregão Presencial SRP N° 054/2017

modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Cadastro Municipal de fornecedores, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/02, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTAMENTO E REVISÃO DE PREÇOS

8.1 Considerando o prazo de validade estabelecido na Cláusula Segunda da presente Ata, e em atendimento ao §1º, art. 28, da Lei Federal 9.069, de 29.6.1995 e demais legislação, é vedado qualquer reajustamento de preços, antes de decorrido doze meses da apresentação das propostas, exceto nos casos autorizados por lei.

8.2.1 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de reajustes dos preços dos materiais ou serviços, bem como de acordo com os permissivos legais, conforme cada caso.

8.2.2 Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

8.3 Durante a vigência da Ata, os preços registrados deverão permanecer compatíveis com os preços de mercado, independente de provocação de parte da PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO/PI, no caso de redução nos preços de mercado, ainda que temporária, a detentora obriga-se a comunicar a PMU/PI o novo preço que substituirá o então registrado, podendo esta agir de ofício, o que será motivo de abertura de processo administrativo a fim de proceder a realização de termo aditivo a Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 Esta Ata de **Registro de Preços** poderá ser cancelada, de pleno direito:

I - Pela Administração, quando:

- a) A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de **Registro de Preços**;
- b) A detentora não assinar o contrato no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;
- c) A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de **Registro de Preços**;
- d) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de **Registro de Preços**;
- e) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- f) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;
- g) A comunicação do cancelamento do **preço** registrado, nos casos previstos neste **Edital**, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que eram origem ao **Registro de Preços**.



- h) No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se cancelado o **preço** registrado após a publicação.

II - Pelas detentoras, quando:

- a) Mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de **Registro de Preços**;
- b) O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu **Registro de Preços** na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados;
- c) A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas neste Contrato, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DOS PARTICIPANTES DO SRP

10.1 As despesas correrão por conta de recursos oriundos, conforme segue:

ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSOS
XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

10.2 Integram o presente Registro de Preço na qualidade de participantes as Secretarias e Órgãos Municipais de UNIÃO-PI

10.2 A Secretaria Municipal de Administração e Planejamento é o Órgão Gerenciador do SRP e será auxiliada pela Comissão Permanente de Licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

11.1 Os preços registrados, nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei nº 8666/93, têm caráter orientativo.

11.1.1 A pesquisa de preço será realizada sempre que necessário quando os preços forem considerados incompatíveis com os praticados no mercado, de ofício ou por provocação, nesse caso deverá haver comprovação formal no processo.

11.2 A PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO-PI, através do Órgão Gerenciador do SRP monitorará, os preços registrados e caso seja constatado variação de preço de mercado deverá proceder a renegociação dos preços registrados.

11.2.1 Cabe também ao Município avaliar o mercado constantemente e podendo rever os preços registrados a qualquer tempo, convocando os fornecedores detentores dos preços registrados para negociar novos valores de modo a alcançar uma proposta mais vantajosa para administração.

11.2.2 Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido e a Administração Pública deverá convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociações.



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO

CNPJ: 06.553.606/0001-30

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

Processo Administrativo nº 001.0000244/2017 - Pregão Presencial SRP N° 054/2017

11.2.3 Na hipótese de não haver êxito nas negociações de que trata os itens anteriores, a Administração poderá proceder a revogação, conforme o caso, total ou parcial da licitação, promovendo a compra por meios licitatórios.

11.3 As alterações na Ata de Registro de Preços obedecerão, no que couber, à Lei nº 8666/93, preservadas as prerrogativas das exceções introduzidas pelo art. 57, seus incisos e parágrafos do mesmo Diploma Legal.

11.4 A detentora fica obrigada a atender todas as solicitações durante a vigência da Ata Geral de Registro de Preços, e demais acréscimos necessários conforme disposição legal.

11.5 São Detentora do presente SRP, obedecida a ordem de classificação conforme definido na Cláusula Primeira da presente Ata as seguintes empresas:

EMPRESA	LOTE/ITEM REGISTRADO
XXXXXXX	XX

11.6 Integram esta Ata de Registro de Preços, para todos os efeitos legais, o Edital e anexos do Pregão Presencial SRP nº 0xx/201x, bem como a proposta de preço da(s) empresa(s) signatária(s), como se aqui estivessem transcritos.

11.7 Fica eleito o Foro da Cidade de UNIÃO-PI, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 Decreto Municipal nº 0178/2008, e demais normas aplicáveis.

UNIÃO-PI, xx de xxxxxxxxxxxx de 201x.

SIGNATÁRIOS

PELO MUNICÍPIO DE UNIÃO-PI

**PELA EMPRESA DETENTORA
DOS PREÇOS REGISTRADOS**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
SECRETÁRIO DE xxxxxxxxxxxx
ÓRGÃO GERENCIADOR DO SRP

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CNPJ: xxxxxxxxxxxxxxx



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO

CNPJ: 06.553.606/0001-30

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

Processo Administrativo nº 001.0000244/2017 - Pregão Presencial SRP Nº 054/2017

ANEXO VII

MODELO DE PROPOSTA

Á: Prefeitura Municipal de União/PI
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial SRP Nº. 0XX/2017
Processo Administrativo nº XXXX/2017

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Fone/Fax:

E-mail:

Banco: Agência:

Local/Data:

Conta Corrente Nº:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VLR UNIT	VLR TOTAL

Obs.:

- > Datada, Numera e Assinada, preços com duas casas decimais;
- > Validade não inferior a 60 (Sessenta dias);
- > Declaração que estão todas as despesas inclusas, conforme edital;
- > Demais exigências conforme edital;

União (PI), ___ de _____ de 2017.

EMPRESA

Nome do Representante Legal – Cargo
CPF e RG

Razão Social da Empresa

Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador
N.º do documento de identidade